

ACTA Nº 24
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2005

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e cinco, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 20:45 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 22, da sessão de 25 de Fevereiro de 2005.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Documentos de Prestação de Contas: Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão e Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Alteração dos Estatutos da AMDE.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira

O Presidente da Assembleia Municipal: Boa noite. Está aberta a sessão. Vamos proceder à chamada.

O Presidente da Assembleia Municipal - mandou realizar a chamada verificando-se a presença dos seguintes membros: Joaquim Maria Godinho Veiga, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria Filipa Martins de Almeida, António José Moura Proença, Rui Manuel Ganito Bacalhau, Jacinto Mouquinho (substituto do membro Joaquim Miguel Manguinhas), Diogo Manuel Canhão Sapatinha, Francisco Ramalho Mendes (substituto do membro Jerónimo Cavaco), Augusto Manuel Bilro Guégués, António Joaquim Moura Lopes, Norberto João Figueiras Alpalhão, Ivone Espiguinha, António Andrade, Luís Manuel do Nascimento, Joaquim Manuel Grego Esteves, José António Carapeto Dias, Edgar Liliu (substituto do membro António Barroso Paixão que prestou o seu juramento no final da chamada) e António Anselmo. Verificaram-se as ausências dos membros Joaquim Miguel Bilro Manguinhas (Anexo 1), António José Barroso Paixão (Anexo 2), e Jerónimo Cavaco (Anexo 3).

O Presidente da Assembleia Municipal: Obrigado. Vamos iniciar a agenda de trabalhos, começando pelo Período de Antes da Ordem do Dia. Um ponto um (1.1): "Leitura de expediente".

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

O membro António Proença :

Boa noite a todos. A correspondência encontra-se na Mesa da Assembleia Municipal e pode ser consultada por todo e qualquer elemento que esteja interessado em fazê-lo. Muito obrigado. (anexo 4 e anexo 5). Se alguém quiser consultar, faz favor. Muito obrigado.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

O Presidente da Assembleia Municipal: Passamos ao ponto um, dois (1.2): "Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia". Quem se quiser inscrever, faz favor. António Anselmo, faz favor.

O Membro António Anselmo : Boa noite a todos - aqui há umas assembleias anteriores, tentámos, de uma

forma mais ou menos equilibrada, através de uma criação de uma comissão, falar com a Adega para resolução do problema do senhor Crispim e demais moradores. A comissão contactou a direcção da Adega; temos muita coisa em concreto; penso que podemos melhorar algumas coisas, mas, em termos reais - para sermos francos - aquilo que a Adega nos disse a nós que fazia é correcto, é válido. Naturalmente que aquilo que se faz é mais ou menos para podermos comparar: quem paga, paga sempre mais; quem recebe, recebe sempre menos. De forma que a situação está mais ou menos equilibrada e penso que foi uma mais-valia muito grande em relação à tentativa de resolver os problemas dos moradores da Quinta da Prata e, de preferência, tentar entrar numa fase de diálogo de forma a que não haja problemas nenhuns. Actualmente a Adega não é nenhum papão, mas a Adega até provavelmente poderá ter interesse em determinado tipo de situações. Essas situações que não pareceram a nós, comissão, queridas pela Adega, mas que provavelmente serão menos claras ou menos precisas porque o problema é assim: há coisas que não se podem resolver de um momento para o outro. Assumir uma resolução de um problema, tudo bem; resolvê-los imediatamente, outra situação. O importante é que haja diálogo, que haja compreensão e que haja, acima de tudo, respeito pelas partes. A comissão penso que está no bom caminho e o trabalho de uma comissão - não quero parecer assim como na Assembleia da República; quando se fala em comissões, falam, falam e aquilo nunca mais se resolve nada. Não, não é o caso. Aqui houve empenho, houve dedicação, houve respeito e penso que poderá haver, entre as partes, uma possibilidade de resolver os assuntos. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto: hoje a Televisão falava na falta de água, falava na grande seca no Alentejo e, há bocado, eu vinha pela rua abaixo da minha freguesia - da minha freguesia, entre aspas - da freguesia da qual eu sou presidente e verifiquei que a relva ali em frente ao intestino delgado ou grosso - conforme lhe queiram chamar - naquele monumento bonito, aquele rio do mármore que é, em movimento que é interessante, não é? Está seca. Eu digo assim: "É fácil" porque eu, na qualidade de presidente da Junta de Freguesia, com muito poucas competências, disse para o jardineiro que até é delegado da Câmara, é uma pessoa, funcionário da Junta de Freguesia através de um protocolo de descentralização que há entre a Câmara e a Junta de Freguesia disse-lhe: "O meu amigo não rega mais nada aqui. Sabe porque é que não rega mais nada? Porque, se calhar, qualquer dia, as pessoas ali por cima da Quinta da Prata não tomam banho. Porque qualquer dia as pessoas que moram ali em baixo, naquele Bairro da Misericórdia não tomam banho, aquelas que moram no segundo (2.º) e no terceiro (3.º) andar. Portanto, por muito que me doa a mim ver morrer as plantas, por muito que custe às pessoas ecológicas ou verdes ou amigas da natureza, importam muito mais as pessoas. De forma que o meu amigo não rega aqui" e há pessoas que passam e dizem assim: "Como é que ali está verde e aqui está seco?" e eu expliquei-lhe: "É a minha posição, é a minha opinião". Aliás, mais, a Câmara Municipal de Borba, eu não faço ideia quais são os níveis dos reservatórios que há; falo com pessoas que me dizem: "Ah, é baixo ou seco ou outro". As pessoas que estão em casa notam a pressão das águas, mais baixa ou mais altas. Agora, muito mais importante - Deus me perdoe - a gente vive de plantas, não é? A gente come quase de tudo, não é? Mas vive de plantas, mas essas plantas podem ser muito agradáveis, muito bonitas em termos decorativo, mas não são fundamentais, portanto, não se regam. Daqui por mais uns meses há água, tudo bem; voltam-se a plantar? É muito caro, é muito barato, não estou muito preocupado com isso. Agora, neste momento não se rega. Aliás, propus - propus não. Numa conversa muito interessante com o senhor presidente da Matriz, há reservatórios e há depósitos de água e depois propus-lhe a ele: "Compramos um bombinho" - um bombinho é aquilo que as pessoas aqui do campo dizem, um bombinho é uma bomba que puxa a água com um chupão e puxa a água - "Há charcas aí, há depósito; portanto, nós vamos buscar água à charca e aos depósitos e, uma (01) vez por semana ou duas (02) vezes por semana, regamos as plantas e as árvores. Ninguém quer ver morrer ninguém, não é? Naturalmente, se morrem os animais vegetais, naturalmente também morre os animais que não são vegetais. Ninguém quer isso. Agora, o importante é haver uma sensibilização muito grande da Câmara Municipal de Borba, das Juntas de Freguesia, mas principalmente da Câmara de dizer assim: "Atenção, meus amigos, a água cada vez é menos; cada vez há mais necessidade de água; cada vez nós, pessoas adultas e normais e evoluídas e civilizadas, gastamos mais água a fazer a barba, a tomar banho; portanto, vamos equilibrar as coisas". Isso é que é importante. Se me perguntarem a mim se o mais importante é morrerem pessoas ou haver pessoas com falta de água como há em Mértola; ontem fui para Beja em trabalho e vocês vão por aquele distrito de Beja abaixo e é lamentável. Eu não queria que as pessoas de Borba recebessem água através de um depósito dos Bombeiros Voluntários ou da Câmara. Queria era que as pessoas continuem a ter água, racionem a água de uma forma equilibrada e que nós - nós organismos,

enfim, a Câmara, Freguesias e outros - possamos encontrar soluções de ir buscar água a charcas com depósitos e regar uma vez por semana. A relva regada uma vez por semana; as árvores; porque o importante é não morrer ninguém. Agora, Deus me perdoe; que as pessoas criadoras me perdoem - que sofram os vegetais, não as pessoas humanas. Só isso, muito obrigado.

O Membro Carlos Cabral: Boa noite. Era para reforçar as palavras do António Anselmo. Penso que já se deveria ter lançado e que a Câmara tem que lançar uma campanha de poupança da água e é absolutamente impressionante, muitas vezes, vemos aí na vila de Borba lavar a rua com água tratada. A água tratada é uma coisa caríssima, quer dizer, no fundo, nos jardins, a gente tem que ir buscar água a outro sítio. Todas as provisões apontam; o Centro Europeu de Meteorologia aponta que só vai chover no próximo Outono. Apesar da gente aqui dizer que vêm as trovoadas e que a Lua está vermelha e não sei o quê, apontam isso. Evidentemente, que há uma corrida em algumas zonas também a furos que são ilegais; está-se a furar por todo o lado e os lençóis freáticos baixam porque não foram recarregados; baixam e baixam extraordinariamente e, logo, uma campanha de sensibilização a partir das escolas de poupança de água e, do meu ponto de vista, a proibição absoluta de água tratada ser utilizada nas ruas, nos passeios e etc. porque isso é quase; noutra país qualquer isso era sujeito a uma coima muito elevada. Aqui faz-se à vontade como se ninguém tivesse problemas nenhuns de água.

O Presidente da Câmara Municipal: Esta situação da água é uma questão que nós já temos falado várias vezes - não só a nível de Câmara, mas também até particularmente com algumas pessoas - e queria-vos dizer que, da parte do Executivo da Câmara, portanto, da Maioria, tem havido uma certa preocupação em regar os espaços verdes com água não tratada. Aliás, há furos que estão a ser utilizados para regar esses espaços verdes com água não tratada. Portanto, relativamente àquilo que o senhor Presidente da Junta de São Bartolomeu referia há pouco, eu penso que neste momento, quer dizer, em vez de deixar de regar, penso que pode regar, mas com água não tratada, não é? E, da nossa parte, há furos que pudemos com certeza fornecer água, no sentido de poderem, pelo menos, regar esses espaços verdes com água, portanto, não tratada ou recolhida de reservatórios de pedreiras. Relativamente à campanha de sensibilização, está neste momento já elaborado um panfleto; não foi ainda para a gráfica porque estávamos a equacionar a hipótese de também comprar uma máquina que fosse poupar dinheiro, portanto, em vez de fazermos na gráfica, fazíamos na Câmara. Só por isso é que ainda não foi elaborado, mas neste momento já está, já está feito e vai ser lançado. É um panfleto que, no fundo, é quase uma reedição de um que já foi feito e que já foi lançado mais do que uma vez, mas infelizmente aquilo que eu acho é que as pessoas só percebem quando começam a sentir na pele estes problemas. Portanto, várias vezes, até pessoalmente já falei com algumas pessoas que tenho encontrado a lavar a rua e que, depois de eu falar com elas, as pessoas ficam sensibilizadas; mas não há dúvida que há hábitos adquiridos, infelizmente que são difíceis de que as pessoas mudem de atitude. De qualquer maneira, portanto, esses panfletos são lançados; serão lançados também nas escolas e pensamos que poderá trazer alguns efeitos positivos a esse nível. Muito obrigado.

O Membro António Anselmo: Eu penso que provavelmente - desculpem lá - eu penso que provavelmente, em relação à comissão que se criou aqui com intenção de tentar resolver o assunto relativamente ao senhor Crispim e demais moradores, é provável que haja dúvida; que a olhar para a minha intervenção - e o senhor Crispim conhecia muito bem a minha intervenção - quando pensei avançarmos com essa comissão foi para resolver o assunto. Naturalmente que facilidades toda a gente faz. Esta comissão não vai resolver coisa nenhuma. Esta comissão falou com uma parte interessada na situação que, provavelmente - na opinião do senhor Crispim - é prevaricadora em relação à situação dele. Primeiro ponto. Segundo ponto: aquilo que falámos com a Adega: o vice- Presidente, os Vogais foram claros: "Vamos tentar resolver o problema". Agora, disseram que não iam resolver o problema imediatamente. Porquê? Porque os depósitos são muito grandes e, naturalmente, a Adega, com um terreno que adquiriu, disse que assim que mudasse a capacidade de armazenagem na Adega, mudaria para outro sítio. Isso é um assumir importante da situação. Disse que pintaria aquilo que reflecte na casa do senhor Crispim e demasiados moradores; pintava bonito ou feio, pintava para evitar que os raios solares incidissem sobre essas pessoas. Disse aquela cobertura vegetal, natural ou artificial, seria criada para fazer uma divisão correcta da propriedade. Ainda mais, disse e vi eu e os membros da comissão, que o sistema de gás que

estava montado está desactivado. Nós, pessoas; eu se fosse, morasse lá na casa do senhor Crispim, não queria lá aquilo ao pé de mim e naturalmente que falaria com quem devia falar. E quando falei aqui, e penso que foi em Dezembro, sobre essa situação, incomodou-me que o senhor Crispim viesse aqui a esta Assembleia durante quase um ano de falar sobre aquilo. É fácil deixarmos andar. O senhor Crispim é um homem, um munícipe de Borba, é um freguês da Matriz ou de São Bartolomeu ou da Orada ou de Rio de Moinhos, portanto, esta Assembleia, a Câmara, as Juntas de Freguesia têm necessidade e obrigação de resolver o problema das pessoas. Aqui não há posições de dúvida em relação a coisa nenhuma; o importante é que haja equilíbrio. Eu disse em Dezembro ao senhor Crispim que a Adega de Borba é uma empresa muito boa em Borba, tem muitos empregados em Borba. Disse ao senhor Crispim e às pessoas todas aqui presentes que não tem que haver necessidade nenhuma de briga entre a Adega e a Câmara. Tem que haver tentativa de resolver os assuntos. É fácil para as pessoas que deixam andar o barco: "Vamos para Tribunal". Para quê? A Adega tem não sei quantos, a Adega vende três milhões de contos por ano (3.000.000.000\$00/ano), até lhe interessa. A Adega Cooperativa em Borba contra, briga contra não sei quê. Na altura em que foi feita a obra, se tem havido provavelmente uma prevenção cautelar, se calhar a obra acabava, nunca tinha existido. Ninguém quer meter aqui em causa o trabalho da Câmara, o trabalho dos técnicos da Câmara; queremos é resolver o assunto e o assunto penso que, da forma como foi encaminhado pela comissão - por mim, pelo Rui Bacalhau, pelo Joaquim Manuel Esteves e por o senhor Moura Lopes - foi encaminhada da forma mais correcta que podia haver. E atenção: penso que, pela primeira vez em Borba, foi encaminhado de uma forma directa, nada de fantasias. Aqui não há meias dúvidas, aqui é aquilo que é verdade. De um lado os cidadãos, do outro lado uma empresa. A empresa actuou, construiu porquê? Porque permitiram construir. Eu, cidadão queixo-me. Agora, queixar-se é humano numa Assembleia Municipal. Por isso, nós tomámos essa posição. Assumimos perante essa Assembleia Municipal que íamos falar com as pessoas interessadas. Lamentavelmente, aqui em Borba, com em todos os sítios, fala-se muito e faz-se pouco. Nós fizemos e só não apresentámos o relatório correctamente, neste momento em termos de assumir, porque entendemos que nós, comissão; eu, fazendo parte da comissão, entendo que não quero estar com meias palavras; nem bem com Deus, nem bem com o Diabo. Compreendo - salvo o termo - Deus e compreendo o Diabo. Agora, a minha posição é correcta. Eles só vou mudar aquilo quando puderem e assumiram por nós, em termos pessoais, que mudavam assim que fosse possível. É isso que as pessoas interessadas têm que saber e vão sabê-lo correctamente. Querem mais o quê? Querem que a gente diga: "Ah, fizemos, desenvolvemos, fizemos o pino, fizemos a cambalhota, o flic-flac atrás e à frente"? Não. Falámos com pessoas normais como a gente e, naturalmente, uma coisa que é feita, que pesa trezentas toneladas (300T) não pode ser mudada de um momento para o outro. Pode-se é meter em causa quem é que permitiu que se fizesse a fundação daquilo. Quem é que controlou a fundação daquilo? Eu não sei, nem estou preocupado em saber. Aliás, estou preocupado em que se resolvam os problemas das pessoas que moram na Rua da Quinta da Prata e o senhor Crispim sabe isso. O senhor Crispim que entenda bem que não há aqui meias dúvida; não há defensores de um lado ou de outro. O senhor Crispim, como qualquer pessoa que mora na Quinta da Prata, merece-me a mim, que passo por aquela rua todos os dias, o melhor respeito, mas por outro lado a Adega Cooperativa de Borba tem empregado e isso é que é importante. Não podemos aqui andar com dúvida e penso que as pessoas aqui em Borba estão habituadas a dúvida e eu não quero que haja dúvida. A comissão falou como devia ser; tivemos da parte da Adega a melhor, a melhor situação possível. Agora, actualmente, provavelmente, a resolução do problema, para o senhor Crispim ou para os moradores, poderá não ser a melhor. Acho que chega.

O Membro António Proença: Eu queria fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara Municipal, tenho feito poucas porque ele, efectivamente, tem cumprido. Ó senhor Presidente, eu não quero que o senhor me acuse, efectivamente, de ser o louco - como por aí me chamam - da Nora. Eu não sou deputado da Nora, eu sou deputado ou elemento da Assembleia Municipal do concelho de Borba e eu sei que o senhor Presidente, depois de nós termos falado muito, resolveu o problema do saneamento básico, da água potável - mais concretamente - da Nora. Fez, efectivamente, os caminhos rurais que são altamente importantes, inclusivamente, economicamente e não quero que digam que eu também quero um aeroporto para a Nora; não é nada disso que eu quero. O que eu queria perguntar ao senhor Presidente é o que pensa, efectivamente, do terreno envolvente, do Posto Médico da Nora, da igreja da Nora, mas sobretudo do Posto Médico. É um sítio onde as pessoas vão tomar as suas injeções; onde vão, efectivamente medir a

sua tensão; onde fazem variados tratamentos e eu sei que o senhor Presidente tem consciência disso já falámos pessoalmente sobre isso. Aquele, aquele, aquele terreno envolvente ao Posto Médico - sobretudo em relação ao Posto Médico - precisa, efectivamente, ali de um alcatroamento, de um arranjo porque não se justifica uma coisa dessas, conforme lá está. É muito pó, inclusivamente, é tóxico; é quase tudo tout-venan e eu queria perguntar ao senhor Presidente - se me fazia o favor de me responder - o que é que pensa; quais são as possibilidades que tem de, realmente, resolver este problema. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar dentro deste período: "Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia"? Rui Bacalhau, faz favor.

O Membro Rui Bacalhau: Boa noite a todos. Queria só, em complemento daquilo que o meu colega António Anselmo já expôs, tentar aqui fazer uma conclusão daquilo que ele disse. Obviamente, a comissão é composta - como ele disse e bem - por três (03) membros da Bancada do Partido Socialista e o senhor Moura Lopes; nós já temos um relatório quase feito e digo quase porque vamos ainda tentar insistir junto - tanto da Câmara como da Adegas, portanto, neste caso, os dois organismos aqui em causa - tentar tirar algumas conclusões para poder, para podermos complementar o relatório. O relatório - o senhor Crispim sabe, está, o senhor Crispim e não só o senhor Crispim, não queríamos personalizar isso, até porque o senhor Crispim é mais um membro de um grupo que se sente lesado pela actuação da Adegas - o relatório está a noventa e nove por cento (99%); falta-nos só estas, mesmo estas confirmações e, logo que as consigamos obter, apresentamos o relatório em versão definitiva. É só.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, se não há mais inscritos, dávamos por concluído o ponto "Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia" e passávamos ao ponto número dois (02) da agenda de trabalhos que é o "Período para Intervenção do Público".

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém do público se quer inscrever para falar? Não há ninguém inscrito, vamos passar à ordem do dia .

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 22, da sessão de 25 de Fevereiro de 2005.

O Presidente da Assembleia Municipal: "Período da Ordem do dia" ponto três, um (3.1): "Análise Conducente à Aprovação da Acta Número Vinte e Dois (n.º 22) da Sessão de Vinte e Cinco de Fevereiro de dois mil e cinco.

O Presidente da Câmara Municipal: Senhor Presidente, desculpe só interromper, mas se me permite, quando eu cheguei aqui ao meu lugar, eu tinha aqui uma acta, a acta número vinte e três (n.º 23) sobre o 25 de Abril. Eu penso que, antes de entrar na Ordem do Dia, era conveniente - parto do princípio que é para propor esta acta também a aprovação - portanto, era importante se calhar que a Assembleia se pronunciasse sobre a alteração à ordem do dia para permitir a introdução deste ponto, não é?

O Presidente da Assembleia Municipal: Pois. Essa acta foi distribuída porque, se se alterasse o período da Ordem do Dia e pensávamos alterar o período da Ordem do Dia para discutir o relatório da Comissão de Acompanhamento do Processo dos Moradores da Quinta da Prata e, então, introduziríamos esse ponto e, nessa altura; introduzíamos também o ponto referente à aprovação da acta sobre o 25 de Abril. Como a Comissão reserva o seu parecer para uma nova análise, para uma complementaridade da análise e elaboração de um relatório definitivo e esclarecedor de alguns pontos, nós consideramos esta acta número vinte e três (23) distribuída e será feita a sua análise conducente à aprovação na próxima reunião. Alguém tem alguma coisa a obstar a esta forma de conduzir os trabalhos? Ninguém. Portanto, passávamos ao ponto três, um (3.1), como tinha referido: "Análise Conducente à Aprovação da Acta Número Vinte e Dois (n.º 22) da Sessão de Vinte e Cinco de Fevereiro de dois mil e cinco (22/FEV/2005)". Alguém se

quer pronunciar sobre a acta? António Andrade, faz favor.

O Membro António Andrade : Boa noite, senhor Presidente, caros colegas, excelentíssimo público. Senhor Presidente, eu estive a ler com atenção a acta dessa reunião e fiquei, de facto, não digo estupefacto porque, enfim, já temos tido outras situações, mas fiquei um bocado chocado com isto. Na altura da discussão da moção que foi apresentada pela CDU nessa sessão, houve aqui uma troca de, enfim, de galhardetes, mas nada de importância, parece que houve e fui alertado para isso por um colega de bancada, aqui da Bancada do Partido Socialista, que seja o senhor Mário de Deus que teve esta expressão quando eu disse que, de facto, a intervenção dele estava a ser um bocado, enfim, fastidiosa e eu fiz um desabafo e disse: "É por causa dessas e de outras que muita gente já não vem à Assembleia porque passamos o tempo", foi uma expressão no bom sentido e que este senhor disse ao senhor Presidente que: "Este animal está-me a ofender e faz favor de o mandar calar". Quer dizer, isto está aqui taxativo em acta. Isto, de facto é, são situações, senhor Presidente, que eu não, não podia deixar passar. Não sei quem faz as actas; por vezes, há coisas que não vêm; há coisas que, se é por interesse, penso que não mas, de qualquer maneira, foi, parece que foi dito. Eu só quero dizer que eu orgulho-me de andar nesta Casa há vinte e oito (28) anos; talvez o autarca mais antigo de Borba. Passei pela Câmara, dois (02) mandatos; Junta de Freguesia e já vou com quatro (04) mandatos e, desculpe estar um bocadinho emocionado, mas isto já passa.

O Presidente da Assembleia Municipal: Andrade, desculpe. Podia-me identificar o número da folha, para descontraír também um bocadinho.

O Membro António Andrade: Página número oito (pag.08), mesmo ao fundo da folha.

O Presidente da Assembleia Municipal: Pronto. Com mais calma, vamos continuar.

O Membro António Andrade: É só para dizer que passei por aqui muitos anos; houve vários piropos; enfim, tudo dentro, dentro da boa relação; nunca me apercebi que alguém tivesse, de facto, ofendido desta forma outro camarada, outro colega, outro cidadão e daí que eu vinha, de facto, pensar que, no mínimo, exigia aqui era um pedido de desculpas. Eu conheço o Mário há muitos anos, não sei com que intenção ele o disse; não sei porque o fez; se era excesso de copos, se era qualquer coisa; penso que pode ter sido disso, mas eu penso que não mereço ser, de facto, ofendido desta forma porque, pronto, eu passei por aqui muitos anos; prestigiei sempre a Assembleia, sempre dentro daquilo que sabia fazer e que fiz. Não tem sido muito activa esta, também não tem sido estimulante, mas muito contribuí para que estes anos todos passassem dentro da boa ordem. Se tive aquela expressão ou se não fui também correcto em intervir, mas foi apenas uma expressão sem intenção nenhuma. Era, de facto, fazer ver que, por vezes, os intelectuais ou tentam amesquinhar outros que não o são tanto, mas talvez, na prática e posso provar que ando nisto, passei pela Câmara, pelas Juntas de Freguesias, pela Assembleia e nunca deixei o meu nome mal visto. Daí que não sei qual foi a atitude deste cavalheiro, o senhor Mário, para de facto, ter esta expressão: "Mande calar esse animal" era só isso. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Bom, eu estou convencido que o Mário de Deus vai usar da palavra, mas antes disso eu queria dizer o seguinte. A ideia de, efectivamente, fazer as actas com esta profundidade foi porque, exactamente, logo nas primeiras sessões, talvez na segunda sessão que eu estive aqui presente, houve, de facto, um membro da Assembleia que foi incorrecto, não me chamou animal, mas praticamente. Estava sentado no lugar em que o Andrade está neste momento e eu considerei que, de facto, com as pessoas que eu estava a ver que tinha na minha frente, não é? Eu tinha que, efectivamente, colocar tudo aquilo, na acta tudo aquilo que as pessoas diziam. De facto, é um trabalho doloroso fazer uma acta deste estilo; faz-se, faz-se em várias Câmaras, não é? Faz-se em várias Assembleias, faz-se na Assembleia da República. Portanto, não é nada de novidade, mas, de facto, não poderemos nunca, a Mesa, ser acusados de omitir qualquer coisa que se passe aqui dentro. O que se passar aqui dentro tem que ficar escrito porque não basta ficar gravado. As gravações, no futuro, vão desaparecer como as actas do passado desapareceram. Na próxima Assembleia trarei aqui um problema que me está neste momento a confundir porque tentei reunir as actas todas da Assembleia Municipal de Borba desde o 25 de Abril para as encadernar; e cheguei à conclusão que grande parte dessas actas não existem. As actas desapareceram,

não existem nos arquivos. Já foi feita uma busca, vou oficializar o senhor Presidente da Câmara para o mandar repetir. O problema grave que aqui falou que é, efectivamente grave está na acta. Eu acho que o António Andrade - e eu sou testemunha, tenho até todo o gosto em ser testemunha - é de facto, dos autarcas a quem Borba deve; tem um passado que fala por ele; é uma pessoa que colaborou democraticamente aos diversos níveis; nunca teve problema de ser de Junta de Freguesia, nem de Câmara nem de, de Assembleia. Esteve sempre disponível, pelo menos por aquilo que eu assisti. Falámos muitas vezes sobre estes assuntos e eu considero que é uma pessoa que deve merecer a respeitabilidade. Por outro lado, nós sabemos que o Mário de Deus, por vezes, tem umas expressões um bocado vigorosas. É claro que eu poderia - porque reservo para mim próprio isso - cortar esta expressão e podia-a ter cortado, não é assim? Mas achei, da mesma maneira que não cortei a expressão usada pela tal pessoa naquela altura, pelo tal membro que, neste momento, pronto, desistiu - não sei - excluiu-se ele próprio da Assembleia, também agora não podia ir retirar a expressão usada pelo Mário. Mas sei também que o Mário é capaz de falar por mim muito melhor e ter em conta que, de facto, o António Andrade é um dos autarcas, há vários, não é? Mas é um dos autarcas de maior respeitabilidade da nossa terra e isso toda a gente tem presente, estou convencido, não é? Pronto, alguém quer falar? O Mário quer falar, faz favor. Dou-lhe a palavra.

O Membro Mário de Deus: Senhor Presidente; boa noite a todos. Boa noite também para o, para o Andrade que acabou de me cumprimentar lá fora. Boa noite para todos, para os deputados que estão cá hoje e para os que estiveram cá no 25 de Abril, portanto, na segunda-feira passada, esses não estão cá; estes estão cá agora. De qualquer maneira, eu queria fazer a minha intervenção em quatro (04) pontos; quatro pontos diversos e distintos em que o primeiro é sublinhar o que há de melindroso nesta situação. O Andrade saberá porque é que a provoca, porque é que a quer provocar. São razões dele, ficam com ele; são problemas dele, são questões dele e de quem, eventualmente, o aconselhará a tomar este tipo de posições. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é em relação à acta; completamente de acordo que estas coisas todas apareçam na acta. Completamente de acordo. Foi isso que fez com que as outras Bancadas estejam reduzidas e que as pessoas que estejam aqui sejam as pessoas que são capazes de controlar, de alguma maneira, aquilo que dizem porque essas outras Bancadas estavam recheadas de pessoas que não as controlavam; que ofendiam toda a gente a toda a hora e a todo o momento e que, quando começaram as actas a ser feitas assim, sentiram que tinham que sair. Portanto, muito bem a acta ser feita assim. É o que eu acho, é no que eu acredito. Um terceiro ponto, o pedido de desculpas ao Andrade que não me custa nada fazer porque nunca, nunca pretendi ofendê-lo. Ao longo destes trinta e um anos (31) de Democracia estivemos na mesma Bancada "N" anos, estivemos noutras Bancadas outros "N" anos; estivemos muitas vezes de acordo, muitas vezes em desacordo. Como eu nunca o pretendi ofender, naturalmente que lhe peço desculpas se ele se sentir ofendido. Gostaria que ele me tivesse feito isso noutros tempos, quando fui aqui pateado, quando fui aqui ofendido, quando fui aqui ostensivamente ofendido na minha dignidade pessoal. Portanto, é por isso que eu articulo agora com o primeiro ponto. Não entendo esta situação de quem já me pateou aqui nesta casa, de quem já me ofendeu, que ofendeu até a minha família aqui nesta casa, como é que vem agora lacrimosamente - e que fique na acta outra vez senhor Presidente - hipocritamente, fazer este tipo de discurso. O António Andrade sabe que não tem aqui mais do que um conhecido que foi amigo muitos anos e que, há alguns anos a esta parte, deixou de ser camarada de Bancada, passou a ser um homem com outras ideias, tem outras ideias; não está de acordo com as ideias dele, mas isso nunca fez com que, ao longo destes anos todos, a relação não fosse pautada sempre pela verticalidade. Verticalidade de desculpar, no meu caso, quando fui ofendido por ele e pelos camaradas dele e há aqui pessoas que se lembrarão, o Sá deve-se lembrar bem com certeza, o Carlos Cabral também se deve lembrar das pateadas, dos assobios deles e da família deles aqui nesta casa. Estas paredes, este tecto bonito, este bonito tecto, estas bonitas pinturas ainda se lembrarão disso, mas eu isso dou de barato e isto era - desculpe, senhor Presidente - mas eu já, já baralhei aqui o meu discurso um bocadinho, isto era para o quarto ponto. O terceiro ponto era pedir desculpas ao Andrade se ele se sentiu ofendido com alguma coisa; a ele e, com certeza, aos mentores dele, aos mentores e às mentoras dele que, pelo seu sorriso, demonstram que; a um democrata nunca fica mal pedir desculpa. A quem acredita que a democracia se faz, a discutir ideias, trocando ideias com a força e com a energia que for preciso para isso, nunca fica mal pedir desculpa e não me parece nada mal pedir desculpa ao Andrade. E aqui acabava o terceiro ponto e passava para o quarto ponto que é o significado político disto. Até eu fui aqui ofendido

por esta gente toda. Agora já digo aqui "esta gente" porque tenho medo que apareça na acta outra vez a mesma expressão que lá está, que era o que devia aparecer. Eu fui aqui ofendido: eu, a minha família, os meus amigos todos por esta gente, senhor Presidente, que faz a acta. Nunca tiveram nenhum receio de dizer isso, nunca tiveram nenhum receio que isso aparecesse na acta. Não entendo. Patearam aqui ou assobiaram aqui, nem na Praça de Touros tinham um comportamento destes e eles fizeram-no aqui. Estas pessoas que estão aqui agora; todas não direi, nem quero ofender os outros que a "carapuça enfie a quem merece ser enfiada". Agora, o Andrade merece ser enfiada, Andrade. A ti, mereces enfiá-la "de cabo a rabo". Tu ofendeste-me aqui, pateaste tu, os teus mentores e, eventualmente, as tuas mentoras. Ofenderam-me aqui de tudo, assobiaram-me, patearam-me, vocês e a vossa família que estava sentada ali atrás. E agora vêm lacrimosamente, porque estão em minoria, pedir, assim fazer uma, isto agora é a minha intervenção política, Andrade. Depois de me teres apertado a mão ali fora. É que, comigo, a política não se faz assim. Comigo, a política não se faz com uns a virem fazer discurso no 25 de Abril, que estão aqui nesta proposta de acta, que merecem ser publicados nos jornais e outros vêm hoje com esta conversa lacrimosamente, choramingadamente, comovidamente pedir, exigir que o outro lhe peça desculpa. Não tenho problema nenhum em pedir desculpa. Se isso te satisfaz e se isso te deixa tranquilo, eu peço desculpa olhos nos olhos, mas também te digo, mas tu ofendeste-me muito mais aqui há três (03) anos ou quatro (04) quando o Sá ganhou a Câmara do que eu tu fiz agora. Nunca vim para aqui chorar, nunca te vim para aqui pedir migalhas, nem a ti nem aos teus mentores nem, eventualmente, às tuas mentoras e seus familiares. Pensem todos isso e a dignidade, a dignidade vê-se "de cabo a rabo". Peço desculpa mais uma vez, se tu fizeres questão disso e se chorares até um bocadinho, peço-te desculpas de joelhos. Se fores capaz de fazer o discurso a chorar, eu peço desculpa de joelhos.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mário de Deus, agradecia que falasse para a Mesa.

O Membro Mário de Deus: Tem toda a razão, senhor Presidente. Não vieste aqui ao discurso do 25 de Abril em que mandaram para aqui um puto discursar e dizer o que está aqui na acta. Veio dizer aquilo que ele quis e que alguém lhe escreveu, está aqui na acta. Ofender o PS, ofender tudo e ofender todos como fez, como vocês fizeram há quatro anos quando o Sá ganhou a Câmara. Vieram fazê-lo aqui cara a cara, uns que já aqui não estão. O Cardoso, o Manguinhas, os outros todos que já aqui não estão vieram para aqui fazê-lo, não tendo nenhuma delicadeza, nenhum respeito pelos outros e agora vens tu, António Andrade, que eu respeito e que eu considero, mas que não te posso deixar de dizer isto e tenho a certeza absoluta que a culpa não é tua, a culpa é de quem te ensina estas coisas; é de quem se acha que é teórico ou teórica da Democracia. Senhor Presidente, desculpe lá. Senhor Presidente, agradecer-lhe a si a honra da minha defesa que também me deixa tocado e fico comovido também porque eu também sei que, às vezes, sou inconveniente. Eu também não tenho dúvida nenhuma, às vezes também sou inconveniente porque eu sempre disse e continuo a dizer: aqui é que se discute política; aqui é que a discussão tem que ocorrer. Este é um espaço, este é um sítio; o que não quer dizer que eu, às vezes, também não diga mais alguma coisa daquilo que devia dizer. Não tenho dúvida nenhuma em dizer isso e, se calhar, em concluir que, se calhar, o meu, a minha presença aqui também já está; tenho que ir, tenho que ir a ver do Cardoso, tenho que ir ver do doutor Manguinhas - tenho que abalar - exactamente - tenho que abalar; também já está, a minha participação cívica se calhar também já começa a estar cansada e velha e usada; mas, de qualquer maneira, fiquem descansados os meus companheiros e os meus adversários políticos que nunca deixarei de dar a minha colaboração e a minha participação. Muito obrigado.

O Membro António Andrade : Agora já mais à vontade. Há bocado emocioinei-me, de facto, porque eu vivo, vivo estas coisas e diz o nosso povo "quem não se sente, não, não é filho de boa gente" e eu, de facto, dizia: "tenho que dizer alguma coisa sobre isto" e, de facto, foi a melhor forma de o fazer porque, de facto, não acho razão para o Mário intervir daquela maneira em relação a mim. Se há razões políticas, o debate político, a gente não gostar uns dos outros na Campanha e não sei quê, tudo muito bem. Ofensas destas, ó Mário, tem paciência. Isso não, não, não é assim. Eu, então, foi só, de facto, trazer aqui para que fique em acta e esclarecer e pedi-me desculpas; que eu, se tivesse "metido o pé na argola", era o primeiro a pedir, nem precisava de tão-pouco haver questões. Pronto, foi só um bocado para, para isso, não deixar passar isto em vão porque eu penso que, dignificar esta Assembleia e estes órgãos e as pessoas que por aqui andam que; é bom que também haja estas coisinhas para se ver que nós não andamos aqui também

só por andar. É isso, senhor Presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal: Andrade, obrigado. Filipa Almeida, faz favor.

O Membro Filipa Almeida: Bom, boa noite, senhor Presidente. Eu não sei se vou conseguir dizer alguma coisa ou se estou como o meu camarada Jerónimo de Sousa naquele célebre debate na Televisão, mas o Andrade nem precisa de defesa. Aliás, entendeu ao levantar esta questão a título pessoal e o Mário diz que, faz algumas interpretações, aliás, faz sempre interpretações e depois vai-se embora para não ouvir, mas faz sempre interpretações erradas e há-de continuar, a fazer a vida política toda dele, interpretações erradas. O Andrade não precisa que eu diga isto, mas o Andrade nem se apercebeu; no dia da Assembleia Municipal quando isto aconteceu, quando esta expressão foi utilizada, o Andrade não se apercebeu desta expressão. Viu-a na acta e perguntou-nos se nós tínhamos ouvido isto ou se tinha sido um engano de quem tinha transcrito das cassetes. Portanto, o Andrade nem se tinha apercebido sequer desta expressão desrespeitosa, ofensiva que, afinal, não é nada de novo. Eu não, eu não acho que isto seja nada de novo e o senhor Presidente entende e tem o direito de entender e a maioria tem o direito de votar estas actas desta maneira. Nós votamos contra, não é por elas terem todas as palavras que se dizem aqui porque isso não é mentira nenhuma; o que está transcrito nas actas não é nenhuma mentira. O que entendemos é que isto não é uma acta, isto é um diário da Assembleia Municipal, tal como se faz o diário da Assembleia da República que o senhor Presidente já hoje referiu aqui. As actas são outra coisa. A nossa votação contra as actas é uma questão de princípio. Uma acta é um relato sucinto daquilo que de mais importante se passa nas sessões. Entende a maioria desta Assembleia fazer a acta transcrevendo tudo, tudo bem; mas senhor Presidente, as actas não reflectem o que se passa nesta casa porque não conseguem reflectir. As intervenções que se fazem são uma linguagem oral e eu estava a ouvir o Mário há bocadinho e estava a imaginar como é que o senhor Presidente e os funcionários que transcrevem das cassetes para o papel, como é que vão conseguir transcrever os gestos, a entoação, as repetições. Como é que vão pontuar isso? Porque é muito difícil - não estou a brincar com isto - é muito difícil fazer uma acta desta maneira porque a linguagem escrita, depois, não consegue compadecer-se com aquilo que foi, que foram as nossas mãos que não param quietas, que foram a gente virar-se para o lado ou que foi alguém levantar uma sobrancelha e o outro, que está a falar, reagir a esse gesto; isto não se consegue fazer na linguagem escrita e, portanto, aquilo que nós temos, esta carrada de papel que são as actas são muito difíceis de ler e são extraordinariamente difíceis de entender por alguém que não pertence à Assembleia Municipal. E basta nós faltarmos a uma sessão para termos, para nos darmos conta disso. Quando faltamos a uma sessão e vamos ler a acta dessa sessão aonde não estivemos temos muita dificuldade em entender, às vezes, o sentido de uma intervenção porque é complicado fazer isto. O senhor Presidente acha que deve fazer, tudo bem, mas é complicado fazer isto. Como registo para o futuro, é complicado aquilo que aqui está transcrito. Agora, politicamente, eu digo ainda bem que as actas são assim, ainda bem que são assim porque, desta forma - descontando os erros de Português que, enfim, que há por aqui muitos - mas, desta forma, pelo menos, nós ficamos a saber que alguém disse textualmente esta expressão e, se formos ler as actas todas, encontramos, nas intervenções do eleito da Assembleia Municipal Mário de Deus, expressões que não são de "animal", mas são muito parecidas. Então, agora, nesta intervenção, nesta última intervenção, virou-se, o ofensor transformou-se em ofendido. É que não está a ser ofendido faz-me lembrar aquela história de "A culpa não, não, não foi minha"; "Então, se não foi tua, foi do teu pai se não foi do teu pai foi do teu avô". Quer dizer, agora a responsabilidade, a justificação para aquilo que se disse na última sessão da Assembleia é daquilo que se passou há três (03) anos antes, há dois (02) anos, há cinco (05), há quatro (04) por membros que estão aqui, por outros que já cá não estão, por alguns que vieram na sessão do 25 de Abril e que disseram não sei o quê. Portanto, esta mistura, esta confusão é o estilo do nosso colega de Bancada, de Bancada não, mas do nosso colega Mário de Deus. Isto não, não admira a ninguém. Eu entendo que o Andrade se tenha sentido ofendido e eu também me sentiria ofendida e acho que nos sentimos politicamente todos ofendidos, mas infelizmente isto é o estilo deste senhor.

O Presidente da Assembleia Municipal: Nunca aqui limitámos a palavra a ninguém e esse é o motivo pelo qual, eu vou passar a palavra, mas, mas só por esse motivo porque não havia mais inscritos e a discussão quando encerra, encerra. Pronto. Já agora, o primeiro que vai usar da palavra sou eu e eu queria dizer o

seguinte à doutora Filipa: a acta é feita de uma forma explícita e eu responsabilizo-me pela execução dela da forma mais sucinta possível. Sobre a questão do Português, eu queria-lhe dizer que desde o primeiro dia que a acta é feita por um professor de Português; por acaso da Universidade e por acaso de Coimbra. É evidente que pode ter erros porque qualquer um pode errar, não é? E, portanto, os erros podem até ser de impressão, podem ser de pontuação. É muito difícil, de facto, fazer a acta ao gosto de cada um; eu até conheço um escritor, não é? O escritor Saramago que não coloca pontos, nem vírgulas, nem nada. A gente lê páginas inteiras que não têm uma pontuação. De vez em quando, aparece uma palavra escrita com a primeira letra maiúscula e depois aparecem palavras com, tudo maiúsculas e depois uma minúscula e, pronto. Quer dizer, isso são formas de interpretar a linguagem, acho eu. Eu não percebo nada disso, confesso. De Português, não percebo nada, mas ainda bem que há aqui pessoas que sabem. Agora, eu tenho pena é que as pessoas não participem ao ponto de não corrigir e eu acho que o correcto é dizer assim: "Olhe, faz favor, aí na página trinta e oito (38) substitui a palavra tal por tal, põe um ponto, tira uma vírgula, etc.". Sobre a acta não ser um diário não é diário porque, se fosse diário, ela reflectia o que se passou aqui várias vezes nesta Assembleia, infelizmente, da parte de certas pessoas que vieram para aqui fazer arruaça. Vieram para aqui pensando que estavam na casa deles. Pronto, é outra consideração da minha parte; não é? a educação é, de facto, conseguida de borla, é de graça, é oferecida pela sociedade, pela família, pelos amigos. Quanto às arruaças que aqui se passaram dentro desta sala, ao longo destes três anos e meio, não estão aqui reflectidas. Se fosse um diário, estavam, porque a gente lê o diário da Assembleia da República e depois vê o que lá está escrito, não é? Tudo o que se passa nas bancadas, tudo o que se passa nas mesas, etc. E quando as pessoas falam até umas com as outras e quando não estão com atenção nenhuma à discussão e quando aprovam coisas sem intervenção, coisas importantes para a sociedade, etc., e se pergunta uma vez, duas, três, "Estão interessados? Querem falar?" e as pessoas não respondem. E agora, então, passava a palavra, mas pedia que fossem breves porque, efectivamente, existem pontos de interesse para discutir aqui nesta Assembleia e isto dá-me ideia que é um problema importante também, é bastante importante, todos os pontos que aqui se tratam são importantes, mas talvez que se consiga ultrapassar a situação, mas passava a palavra ao Mário de Deus. Faz favor.

O Membro Mário de Deus: Obrigado, senhor Presidente, e quase já nada tenho para dizer em relação ao evento. Só sublinhar outra vez, nesta casa, que "a carapuça serve sempre a quem a enfia", tal qual como eu já calculava e já previa. Convidar o António Geiras para beber uma cerveja lá fora quando isto acabar outra vez e dizer-lhe que, se calhar, ainda estaremos muito mais anos para continuar a trocar as nossas ideias da forma que acharmos melhor e dizer a outras pessoas que sim, se calhar - depois da intervenção do senhor Presidente - o que têm a fazer, de facto, é ir atrás dos companheiros que já abalaram, que já perceberam que não têm estaleca para estar aqui; é irem atrás, irem atrás deles e irem à procura deles e deixarem a gente discutir e conversar das questões que são importantes para Borba.

O Membro Filipa Almeida: Senhor Presidente, não, não pedi a palavra para responder a mais uma provocação do Mário. É que, é para lhe dizer que, então, fico muito mais preocupada com a sua informação sobre a feitura das actas; fico mesmo muito mais preocupada. Então, a título de exemplo e na página em que estávamos, eu leio: "Como é que adem vir as pessoas à Assembleia". Pois, mas quem transcreve, transcreve para a escrita. E dava mil exemplos. Senhor Presidente, teria muito gosto, teria muito gosto em ajudar a corrigir uma acta, mas digo-lhe já, se quiser, se quiser eu disponibilizo-me para esse desafio, mas passamos muitas horas de vários dias a corrigir uma acta destas. A corrigir o Português; não é a fazer uma acta. Eu pensava que a acta era feita por alguém que tivesse muito pouca preparação para escrever, mas se o senhor me diz que é um professor universitário, então, eu lamento muito, senhor Presidente, porque estas actas são dignas do maior anedotário de Português que possa haver no país.

O Presidente da Assembleia Municipal: Já agora para me esclarecer sobre as actas, o processo de fabrico das actas, ainda bem que o problema se levantou porque, para mim, continua a ser uma interrogação a forma como a Bancada da CDU sistematicamente vota contra as actas; eu queria informar o Plenário do seguinte: as actas são passadas de uma forma mecânica do falado para o escrito e, portanto, a máquina transcreve tudo o que aqui se diz. Por vezes, efectivamente, a máquina não entende determinada palavra; a máquina não põe pontuação e por isso a acta é depois analisada e transformada para; o tal Português da Dra. Filipa que eu já não sei se é Português porque eu, de facto, quando leio os livros do José Saramago,

verifico que não sei de Português, fico aflito porque, de facto, não consigo parar. Leio, leio, falta-me o ar e já não consigo prosseguir. Portanto, há no meu modesto entendimento, formas diferentes ou diversas de exprimir o Português. Há depois também até o Português que se fala em Angola e em Moçambique que é tão Português como este que nós falamos aqui, não é? E o "adem", de facto, é uma expressão que os alentejanos utilizam muito. De forma incorrecta é certo, mas utilizam. Bom, mas depois disso, de corrigida, eu também leio a acta e tenho a preocupação, por vezes, de tomar apontamentos, de verificar se as votações estão correctas, etc., e demoro, normalmente, um dia. Eu demoro um dia inteiro a ver uma acta, não é? Portanto, de facto, este tipo de acta dá muito trabalho, mas eu acho que vale a pena e vale a pena só por um motivo porque, se verificarem, a primeira de todas não foi feita assim. Isto só começou na segunda e começou na segunda, de facto, por qualquer motivo. Parece-me que já esclarecemos. Rui Bacalhau? Faz favor.

O Membro Rui Bacalhau: É sucinto.

O Presidente da Assembleia Municipal: Então, faz favor.

O Membro Rui Bacalhau: É muito sucinto, senhor Presidente. O senhor já disse quase tudo, mas eu queria só, em termos resumidos, dizer o seguinte: a intervenção do Mário, a primeira, onde ele se redimiou e onde ele levantou algumas suspeitas sobre a intervenção do António Andrade acaba por estar completamente correcta. Isto porquê? O António Andrade, se o fez sob estratégia ou sem estratégia, ele jurou aqui algo, mas já vamos há quarenta minutos (40min), a falar sobre uma acta, e eu posso ter muito respeito pelas actas, pelo professor universitário, pelos professores de Português, pelos professores de Inglês, por toda a gente, mas a acta não traz valor acrescentado nenhum para esta Assembleia nem para Borba e a gente estamos aqui para discutir assuntos de Borba e, se andamos com estas politiquices, há pouco o António Andrade disse aqui: "A Assembleia não tem classe nenhuma e as pessoas deixam de cá vir". Perfeitamente, António Andrade, temos é que alterar a estratégia. Tragam para aqui soluções para Borba, tragam para aqui soluções para resolvermos os problemas e já estamos na vigésima terceira (23.º) sessão e soluções dessa Bancada, zero. Vamos ver, vamos ver na continuação da Assembleia. Ó meus amigos, não tentem encapuchar as verdades com essas coisas. Vamos ser objectivos e concretos na discussão dos assuntos de Borba. É só.

O Presidente da Assembleia Municipal: Pronto. Isto está a exceder um bocadinho "A Análise Conducente à Aprovação da Acta"; se mais ninguém quisesse falar sobre o assunto, passávamos à votação. Quem vota a favor da acta, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Pronto, a acta está aprovada por maioria, com cinco (05) votos contra e duas (02) abstenções e há uma declaração de voto. Faz favor, doutor Nascimento.

O Membro Luís Nascimento: Ora, boa noite. Declaração de voto. (Anexo 6)

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, a declaração de voto está recebida e, uma vez que se refere a vários Decretos-lei, reserva-se a Mesa o direito de, posteriormente, fazer o comentário à declaração de voto. Por outro lado, posso já referir o seguinte: no regimento da Assembleia da República, a declaração de voto é permitida a qualquer pessoa que a queira votar, seja ela ganha, perdida ou abstida. Este é o regulamento da Assembleia da República, pelo menos. Agora, é evidente que nós não conhecemos, assim de caras, o artigo vinte e oito (art.º 28) do Decreto-lei número seis barra noventa e seis (6/96). Pronto, iremos analisar e, posteriormente, faremos o nosso comentário.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Documentos de Prestação de Contas: Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão e Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.

O Presidente da Assembleia Municipal: Passamos ao ponto seguinte da Ordem do Dia: "Documentos de Prestação de Contas - Balanço, Demonstração dos Resultados, Mapas de Execução Orçamental anexos às Demonstrações Financeiras e Relatórios de Gestão e Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações

Patrimoniais". Portanto, inicialmente, passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Em relação a este ponto da Ordem de Trabalhos, queria dizer à Assembleia que, no fundo, o meu papel aqui, aliás, o nosso papel enquanto maioria da Câmara Municipal é, de certa forma, a defesa política deste relatório que aqui está. É óbvio que - aliás, já o disse o ano passado - que números são números e há sempre diferentes formas de os interpretar. O resultado deste, deste, da actividade deste ano tem este valor; provavelmente, se fosse feito por diferentes pessoas, de diferentes cores políticas, com diferentes objectivos, teria outros resultados que não estes. Não estou muito preocupado com isso, mas politicamente quero-vos dizer que estamos de consciência tranquila e de consciência tranquila porquê? Porque a actividade que desenvolvemos, em nossa opinião, foi desenvolvida de forma correcta, de acordo com os objectivos previamente traçados; naturalmente que nem todos são atingidos por factores uns internos, outros externos. De qualquer forma, queria apenas e, não tentando ser muito maçador, mas queria, de certa forma, fazer uma breve apresentação pelo menos da actividade desenvolvida, uma pequena síntese da actividade desenvolvida ou, pelos menos, uma síntese da síntese que vos foi apresentada e dizer-vos que, em relação a instrumentos de planeamento, os nossos objectivos penso que foram além das nossas expectativas. Tínhamo-nos proposto rever o PDM, a revisão está concluída e só não está em discussão pública porque infelizmente os burocratas e as pessoas sem rosto que muitas vezes estão por detrás de pareceres não o fazem da melhor forma ou, pelo menos, da forma mais correcta tentando emperrar, entravar das mais variadas formas. Dizer-vos que neste momento o nosso PDM, que já devia estar em discussão pública desde o dia quinze (15) deste mês, aguarda desde Outubro passado um parecer da comissão de REN. Isto é no mínimo, no mínimo de lamentar, para não utilizar algumas frases ou algumas palavras que vão ofender alguém que, se calhar, bem o merece. Dizer-vos que, em relação ao estudo global de UNOR está concluído; que o Plano de Pormenor do Alto dos Bacos está concluído, aguarda publicação no Diário da República, seguiu para a DGOTDU e esperemos que aí não passe mais não sei quantos meses para que os burocratas que caracterizam este país o analisem e dizem às vezes as mais variadas barbaridades sobre aquilo que desconhecem. Temos o Plano de Intervenção em Espaço Rural que está na fase inicial; vai haver a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento. Temos o Plano de Pormenor da Cerca e Zona Norte da vila praticamente finalizado, basta ser entregue na CCDR e temos o Projecto Urbanístico da ZHI em estado bastante avançado. Isto quer dizer que, em termos de Planeamento, Borba tem os estudos todos praticamente concluídos e pouco mais haverá a fazer; o que significa que os nossos objectivos que tinham sido traçados para quatro (04) anos, ao fim de três (03) estão praticamente atingidos e se o não estão, e se o não estão, isto fica a dever-se fundamentalmente a burocracias e basta dizer-vos, por exemplo, à espera da Comissão de Acompanhamento para análise, para acompanhamento do PDM estivemos cerca de um ano à espera e não é da nossa responsabilidade. Aliás, há uma carta enviada ao senhor Ministro em que diz, em que afirma que qualquer atraso do PDM não pode ser imputada à Câmara de Borba que, aliás, já temos ordem para fazer o pedido de pagamento final. Em termos de desenvolvimento económico, temos participado em tudo quanto é evento a promover os nossos produtos, no nosso território e no estrangeiro, e temos três (03) grandes eventos que têm trazido a Borba muitos milhares de pessoas: Festa da Vinha e do Vinho cresceu substancialmente; a Feira do Queijo que, contra a vontade de muitos, foi para Rio de Moinhos, mas parece que continuam orgulhosamente sós alguns a defender que ela não deve estar em Rio de Moinhos e criámos a Feira das Ervas Alimentares que este ano vai na sua terceira edição e que é, tem sido um êxito muito grande. Consideramos que é com a promoção e o desenvolvimento, promoção dos nossos recursos que o concelho se vai desenvolver, se pode desenvolver. Ainda relativamente a este assunto, a este, a esta área, aliás, temos concluído neste momento o Projecto do Ninho de Empresas que esperemos vir a candidatar; aliás, há negociação com ADRAL no sentido de vir a fazer esta candidatura e o programa FAME que tem sido um êxito; pena é que, por vezes, também haja atrasos ao nível de análise de projectos; mas, de qualquer maneira, penso que tem valido a pena. E estamos a desenvolver todos os esforços no sentido de atrair para o nosso concelho novas empresas; empresas que tragam mais postos de trabalho, que tragam mais desenvolvimento. Relativamente ao Ambiente e Qualidade de Vida, penso, continuo a defender que, em boa hora, nós aderimos ao sistema multi-municipal de águas. Temos neste momento, verifiquem como as obras, a este nível e nesta área, estão a andar bastante rapidamente e que não seria com certeza, através da Câmara Municipal, que nós conseguiríamos fazer ou, pelo menos, andar ao ritmo que tem andado e que vão continuar a andar estas obras: veja-se a conduta de abastecimento à

Orada vai ter também o abastecimento em baixa, a ETAR de Borba e ETAR de Rio de Moinhos que vai resolver definitivamente o problema do Barro Branco e o saneamento básico da Talisca. Depois também, a propósito do Ambiente e Qualidade de Vida, não esquecer e felizmente que já não vai poder constar nos próximos programas eleitorais de nenhum partido político e penso que se arrastava desde o 25 de Abril a questão do espaço verde do Bairro 1.º de Maio. O Bairro 1.º de Maio neste momento está praticamente concluído e, portanto, quem fizer uma análise dos programas eleitorais das várias forças políticas, ela constava; este, este, esta era uma, uma das propostas de praticamente todos eles desde o 25 de Abril. Também o Jardim Municipal do Parque Temático do Mármore continua a andar a bom ritmo. Há alguns entraves que têm resultado da problemática que se tem, que se tem, que tem existido em torno da saída do Eléctrico Bar. Penso que as coisas vão ter que se resolver rapidamente e a remodelação da iluminação pública que foi, de facto, um êxito e que, os novos pontos de luz que têm contribuído para melhorar a iluminação do concelho. Portanto, tudo isto, aliado a isto poderíamos falar muito mais. Consta aí no relatório e penso que isto tudo se tem traduzido em melhorias significativas na qualidade de vida dos borbenses. Relativamente à Educação, Cultura e Desporto, também muito haveria para dizer. De qualquer maneira, os projectos da escola estão praticamente todos concluídos, candidatados e faseadas as intervenções. A colaboração estreita com as escolas tem sido feita de forma penso que incomparável com aquilo que se passava no concelho e até nos concelhos limítrofes e temos feito, portanto, grandes intervenções e grande colaboração, e tem sido em grande colaboração com as pessoas que estão à frente dos destinos das escolas. Também em relação às IPE's temos colaborado na medida do possível e aprovámos o regulamento relativo ao Cartão Social do Idoso e à Conservação e Beneficiação de Pessoas Carentes relativamente, portanto, a casas, a recuperação, pequenas intervenções em casas. Portanto, isto, penso que são aspectos importantes que têm que ver com Educação, Cultura e Desporto e Apoio Social. Por outro lado e relativamente à Saúde, embora nós saibamos que há problemas que têm que ver e que dizem mais respeito propriamente à Administração Regional de Saúde do que propriamente à Câmara Municipal, dizer-vos que definitivamente resolvemos a questão do terreno do Centro de Saúde e se ele não se vier a construir, pelo menos, nós cumprimos a nossa parte. Existe um terreno. infelizmente e neste momento há cinco (05) meses que aguardamos e depois - mais uma vez volto a referir as burocracias e os burocratas deste país - dizer-vos que há cerca de cinco meses que aguardamos que alguém nos diga a quem é que doamos o terreno. É quase uma anedota, mas isto é verdade nua e crua e tem que ser dita. Em relação ainda a este assunto. portanto, temos desenvolvido vários esforços no sentido de tentar minorar os problemas relacionados com a saúde no concelho, mas que não tem sido tarefa fácil até porque esta situação é uma situação complicada, não só a nível local, mas também a nível nacional. Relativamente às Acessibilidades de Trânsito no concelho, o estudo do trânsito está concluído; nunca ninguém tinha tido coragem de o fazer. Está concluído, está pronto, as conclusões estão tiradas; esperemos que se comecem com as primeiras intervenções e que melhorem definitivamente as acessibilidades do concelho. Dizer-vos que a Estrada 508-4, Salgada - Rio de Moinhos está neste momento adjudicada. A candidatura está feita aos fundos comunitários, estamos a aguardar o visto do Tribunal de Contas e, portanto, pensamos que vai melhorar substancialmente o acesso a Santiago de Rio de Moinhos e a Nora, estrada Nora - Barro Branco também, contrariamente àquilo que alguns diziam que nunca mais se fazia, está neste momento em estado avançado e pensamos que se venha a concluir o mais rapidamente possível, penso que até ao, até ao Verão. Depois também os projectos das variantes previstas, portanto, no PROZON: V4, V5, V6 e V7 são projectos de grande envergadura que têm que ver com o Plano de Reordenamento da Zona dos Mármore e que nós, neste momento há, da parte CCDR, que não aparece aí escrito, mas neste momento posso-vos dizer já que há abertura no sentido de estabelecer um contrato-programa no sentido de que elas se venham a realizar e que, portanto, vai contribuir definitivamente para que estes, em termos de acessibilidade e em termos de acessibilidade, portanto, de acessibilidade à ADC3 que se venham a compor o mais rapidamente possível. Relativamente à localização estratégica do nosso concelho, portanto, nós temos reivindicado, em conjunto com Estremoz, um parque de logística, aproveitando o traçado do TGV que está definitivo e que vai passar ao lado da auto-estrada e, portanto, além disso também, penso que é importante nós tirarmos partido da localização estratégica do eixo Lisboa - Europa que pode trazer - desde que haja, enfim, uma certa promoção e empenhamento de todos nós nesse sentido - penso que pode trazer para aqui muitas mais-valias que podem contribuir para minorar o problema do desemprego e até mesmo atrair empresas, trazendo para cá grandes empresas que vão, portanto, gerar emprego. Relativamente à modernização administrativa, concorreremos à modernização administrativa; aderimos ao Projecto Évora,

Distrito Digital que ajudará à modernização administrativa dos nossos serviços e pensamos que finalmente, com a saída dos serviços de Notariado - que a obra já começou - vai melhorar substancialmente a modernização aqui dos nossos serviços e sobretudo do atendimento público que tem sido um dos grandes problemas que nós temos tido: a dificuldade, sobretudo as pessoas mais idosas têm em termos de acesso, portanto, aos nossos serviços e relativamente às empresas municipais, inter-municipais e multi-municipais, dizer-vos que temos trabalhado no âmbito da EDC Mármore, da GEZAMB, da empresa de águas do Centro Alentejo e existem intenções no sentido de criar uma ou mais do que uma empresas municipais para tentar resolver ou, pelo menos, contribuir para minorar os problemas com que o concelho de Borba se debate. Relativamente à Execução Orçamental, portanto, como vos digo, nós temos tido problemas: há problemas sempre com a informática; há problemas sempre com a forma como as contas se apresentam; há sempre formas de tentar superar, mas há sempre grandes dificuldades também. Em termos de Execução Orçamental da Receita, verifica-se que foi recebida, portanto, em termos da Receita Total, foi recebida cinquenta e dois, vírgula sete por cento (52,7%) do total previsto para o ano dois mil e quatro (2004). Relativamente à Execução da Despesa, portanto, verifica-se que, em termos de Despesa, Despesa Paga, representa oitenta e quatro por cento (84%), oitenta e quatro vírgula três (84,3) do previsto e a Despesa de Capital representou trinta e cinco, vírgula quarenta e seis (35,46) do previsto. Portanto, há aqui penso que, em termos globais, as coisas não correram, não correram mal, embora tenham corrido aquém daquilo que nós, que nós prevíamos, mas previsões são sempre previsões. Dizer-vos também que, se fosse feita, se fosse feita uma análise em termos de PPI, verificava-se - de acordo, portanto, tendo em conta o Plano Plurianual de Investimento, os objectivos estavam hierarquizados - portanto, há uma certa relação entre os objectivos hierarquizados e aquilo que, efectivamente, existiu. Repare-se, por exemplo, que as Funções Sociais correspondiam a cinquenta e oito, vírgula nove por cento (58,9%), no PPI corresponderam depois a quarenta e um, vírgula cinquenta e quatro (41,54) em termos de execução. As Funções Económicas estava previsto vinte e oito cinquenta e um (28,51); aqui houve um valor substancialmente superior e que, portanto, aparecem. As Funções Sociais e as Funções Económicas são aqueles que engrossaram os valores cerca de; portanto, só por si, estes dois (02), no fundo, estes dois objectivos ou, aliás, estas duas funções, nomeadamente as Funções Económicas e Sociais absorvem mais de oitenta por cento (80%) dos investimentos realizados e que, quando estamos a falar de Funções Sociais, estamos a falar de Educação, estamos a falar da Segurança e Acções Sociais, da Habitação, do Ordenamento do Território, do Saneamento e do Abastecimento de Água, Resíduos Sólidos, enfim; e, quando estamos a falar de Funções Económicas, estamos a falar de Indústria e Energia, estamos a falar de Transportes e Comunicações, Comércio e Turismo. Portanto, isto prova-se que pensamos estar no caminho, no caminho certo. Depois, dizer-vos também que, em termos de Receitas Correntes e Despesas Correntes, pela primeira vez nós temos as Despesas inferiores às Receitas. Portanto, temos, enfim, conseguimos equilibrar as contas. Há um dado que é um dado extremamente preocupante para nós, é que tem que haver com a transferência de Subsídios Obtidos; se nós somarmos o Fundo Base Municipal, o Fundo Geral Municipal e o Fundo de Coesão Municipal, em termos decorrentes, correspondem a dois milhões, trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros (2.036.855) e só de Despesas com Pessoal temos o valor de dois mil, seiscentos; dois milhões, seiscentos e vinte e sete mil euros (2.627.000). O que quer dizer que as Despesas com Pessoal não conseguem, portanto, são além das Receitas que nós recebemos. Portanto, isto é um, é um dado, que é um dado, portanto, preocupante e penso que é um assunto que se tem que resolver. Depois, em relação à situação económica, os dados falam por si. são o que são. Temos de ressaltar que, em termos, por exemplo, de obras candidatas a fundos; em termos de Receitas de obras de fundos comunitários, voltamos a ter um valor muito elevado, cerca de - falando em contos - cerca de cento e oitenta mil contos (180.000.000\$00) e, portanto, penso que isto prova que estamos a trabalhar contrariamente, às vezes, a acusações que nos são feitas. É que a Comissão de Coordenação Regional não nos envia para cá o dinheiro se nós não tivermos apresentado Autos de Medição; se não tivermos contas; se não tivermos apresentado Autos de Medição, não há dinheiro que volte para cá. Dizer-vos também que, em relação às principais contas, as contas que o resultado não é um resultado positivo; portanto, o resultado é negativo e, como vos digo, há sempre formas ou poderia haver outras formas. Neste momento, por exemplo, após uma análise mais detalhada, poderíamos ter até, se calhar, apresentado resultados positivos. Isto para vos dizer que, às vezes, as formas como as contas são apresentadas dependem muito de quem as apresenta e como as apresenta. Claro que isto é uma defesa, como vos digo, política. Se houver questões técnicas, temos o técnico para responder à

situação, mas quero-vos dizer que aquilo que foi feito, foi feito - em nossa opinião - para bem do concelho. E, relativamente às contas, para já. fico-me por aqui .

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, quem se quer inscrever, faz favor. Quem mais se quer inscrever? Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Muito obrigado. Não é para discutir as contas, mas é para fazer um pedido ao Executivo da Câmara. Hoje em dia quase todas as impressoras e fotocopiadoras com um certo peso que a Câmara tem permitem, com uma ordem simples, mandarem imprimir os dois versos da página; o que, no caso presente, teria poupado cerca de doze (12) resmas de papel, o que corresponde a um, vírgula três hectares (1.3ha) de árvores. Logo, vale a pena fazer esse esforço, na medida em que isto é um volume imenso, a impressão em duas páginas, aliás, como as actas que não são impressas cá, são impressas noutra sítio, vêm sempre em duas páginas. Hoje é uma coisa simples de fazer, poupa-se imenso papel e poupa também capital à Câmara, nas suas Despesas Correntes. Logo, para a próxima vez, em vez de nos darem com estes cinco quilos (05kg) de papel, dêem-nos só metade que a gente vai virando as páginas e lê.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutor Luís Nascimento, faz favor.

O Membro Luís do Nascimento: Em primeiro lugar, só dizer uma questão em relação à discussão pública da Revisão do PDM. A Lei de Base do Ordenamento do Território permite, a partir do momento que é publicado o aviso da Revisão do PDM, que se inicie, de facto, o processo de discussão pública. Aquilo que o senhor Presidente está a falar, de facto, é uma formalidade que é exigida também pela Lei - que é os tais trinta (30) dias mais quinze (15) etc. - mas que, a partir do momento que é feito o aviso de que se vai proceder à discussão pública,

O Presidente da Câmara Municipal: Senhor Presidente, eu peço desculpa ao doutor Luís, mas eu não ouvi aquilo que estava a dizer; penso que se estava a dirigir directamente a mim. Agradecia que repetisse, se não se importasse.

O Membro Luís do Nascimento: Estava eu a dizer que a Lei de Base do Ordenamento do Território permite, a partir do momento que é feito o aviso que se vai fazer a Revisão do PDM, que se inicie uma discussão pública. A questão que o senhor Presidente está a colocar, de facto, é um formalismo; a Lei exige que, naquele período, obrigatoriamente tem que ser feita a discussão pública. Para isso, de facto, tem que haver é a vontade de iniciar essa discussão, ouvindo as entidades diversas que podem, que podem estar interessadas ou não em relação à discussão pública. Não é obrigatoriamente reservar só aquele espaço, aquele período de tempo depois das aprovações, etc. Em relação às contas que estão aqui assim em discussão, naturalmente que aquilo que se vai aqui discutir é politicamente as contas; não é tecnicamente, como é evidente, não é? Aliás, as contas até pouco ou praticamente nada têm a ser apontadas da forma como foram elaboradas. Os programas praticamente, os dados são inseridos e os programas arrumam os números nos sítios certos; os técnicos naturalmente têm que fazer esse acompanhamento e quem não souber trabalhar com os programas e não conhecer, de facto, o POCAL e as regras da contabilidade autárquica, pode enganar-se, de facto, e desvirtuar, e desvirtuar o sítio das contas, mas o que é evidente, o que vamos aqui discutir é politicamente estas contas. Naturalmente que as Receitas Correntes só podem ser inscritas como Receitas Correntes, assim como as Receitas de Capital só podem ser inscritas como Receitas de Capital. Agora, o destino que se lhe dá é que pode ser depois variado em função, de facto, da opção política que cada um toma e é essa questão que vamos aqui assim, de facto, procurar abordar. Dizer que naturalmente que esta discussão - entre aspas - terá, terá sido iniciada quando foi aprovado o Orçamento e aquilo que nós vemos, de facto, ao olhar para os resultados que temos destas contas, é que o Orçamento que foi aprovado no início do ano, no final do ano passado, o Orçamento saiu furado, não é? E, aliás, o senhor, o próprio senhor Presidente, de facto, já, já o manifestou; que, de facto, saiu furado. Só se conseguiu atingir cerca de trinta e cinco por cento (35%) das Receitas de Capital; que tinham previsto oito milhões e meio de euros (8.500.000) e só se conseguiu executar três milhões de euros (3.000.000.000); que as Receitas Correntes atingiram oitenta e quatro, vírgula pouco por cento também. Isto, de facto, revela que houve, "houve um tiro nos pés" em relação à execução deste Orçamento, que nós alertámos logo, de facto, para a forma como o Orçamento estava

elaborado e que estava, e que estava empolado, atingindo, no final - como já foi dito também - de facto, uma execução total de cerca cinquenta e dois por cento (52%).

O Senhor não identificado: Ó senhor Presidente da Câmara, então o senhor, o senhor Presidente está-se a rir de quê? Acha que há coisas engraçadas? É uma tristeza.

O Presidente da Assembleia Municipal: Bom, o senhor conhece as regras, é reincidente, faz favor de sair.

O Membro Luís Nascimento: O que quer dizer que - repetindo um pouco - de facto, a execução final do Orçamento foi um pouco mais de metade, com a agravante que, em termos de Receitas de Capital e Despesa de Capital, se andou à roda de um terço (1/3) daquilo que tinha sido orçamentado; o que revela, de facto, uma dificuldade grande em se conseguir Receitas de Capital. De facto, tem a ver não só com, com o fluxo que se consegue trazer dos fundos comunitários, mas isso - como o senhor Presidente disse, também disse - de facto, só com obra feita é que é possível apresentar, apresentar pedidos de pagamento à CCDR. Isto, acima de tudo, revela que, de facto, esta gestão de dois mil e quatro (2004) se limitou a ser, de facto, uma gestão corrente da vida do município e que, em termos de política de investimento, pouco, pouco se adiantou. As Receitas Correntes tiveram algum aumento e podemos aqui dizer que esse aumento é essencialmente feito à base - para além do aumento que é normal das Receitas vindas do Orçamento de Estado, dos fundos municipais - essa receita foi também feita ou conseguida com base nos impostos directos e nos impostos indirectos e também na venda de bens e serviços que a Autarquia fez. Para alguns exemplos: o Imposto Municipal sobre Imóveis teve um aumento de trinta e quatro por cento (34%), pela aplicação da taxa máxima deste imposto, quando nós, na altura própria, propusemos uma percentagem intermédia para não taxar tanto os bolsos dos borbenses. A SISA teve aumento dez por cento (10%). A Derrama teve um aumento cento e cinquenta por cento (150%). Depois, em relação a venda de bens e serviços, a água teve um aumento sete por cento (07%); o saneamento um aumento trinta por cento (30%) e os resíduos urbanos um aumento de quarenta e oito por cento (48%), sabendo nós que os serviços que são prestados nestas três (03) áreas não correspondem, de facto, a uma qualidade que deveria ser, deveria ser recebida pelos munícipes. O senhor Presidente já referiu e bem que, de facto, as Despesas com Pessoal têm um aspecto preocupante - dizemos, poderemos, poderemos dizê-lo - um aspecto preocupante que absorvem uma grande parte do Orçamento, do Orçamento Municipal; mais de metade, mas se formos a ver, há algumas rubricas que não se justificam que tivessem um aumento tão elevado. Nomeadamente os contratos a Recibos Verdes e etc., com um aumento de cinquenta e três por cento (53%); os POC's com um aumento de cento e tal, procurando contentar, por assim dizer, algumas camadas de população de Borba no sentido de as trazer a trabalhar alguns, alguns períodos de tempo na Câmara Municipal. Toda esta situação, no nosso ponto de vista, se torna mais grave quando a situação financeira que apresenta ou que são apresentadas por esta, por estas contas têm vindo a agravar de ano para ano, não é? O que é extremamente preocupante. Dizer que, no final de dois mil e quatro, a Câmara tinha de dívidas a fornecedores quase um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000); enquanto que, em Dezembro de dois mil e dois (2002), essa verba era sensivelmente metade (1/2). Quer dizer que em, em dois anos esta verba aumentou quase para, quase para o dobro. As dívidas à Banca também aumentaram desde dois mil e dois até agora; se bem que tenha havido algum aumento negativo - por assim dizer - em dois mil e três (2003) e dois mil e quatro (2004), mas em relação à dívida, no final de dois mil e um (2001), essa dívida é quase superior em quarenta por cento (40%). Naturalmente que este estado de coisas, a quebra das Receitas, a pouca capacidade, de Receitas de Capital leva a que a execução anual do PPI apresente cerca de menos trinta, por cento, menos de trinta por cento (30%) daquela execução que era prevista no início do ano o que é, de facto, preocupante. Dizer que a diferença, a diferença que existe entre o previsto na execução anual do PPI com a execução real é quase igual, é quase igual à execução final, à execução final das contas. Em relação a áreas que, a áreas do PPI e da execução anual do PPI que eu tive o cuidado de procurar: na Educação, zero; Acção Social, zero; Habitação, um quarto (1/4) do que estava programado; Loteamentos, um quarto (1/4) do que estava programado; Espaços Públicos, quatro por cento (04%) do que estava programado; Saneamento, dez por cento (10%); Abastecimento de água, um quarto (1/4); Ambiente, sete por cento (07%) e era já uma verba muito pequena aquela que estava, de facto, orçamentada; Cultura, dez por cento (10%); Desporto, um quinto (1/5) do que estava programado e mais uma vez, em dois mil e quatro (2004), os poli-desportivos municipais nas freguesias rurais ficaram, de

facto, arredados da sua execução. Naturalmente que isto, a execução que está, de facto, prevista ou que está, que está expressa nestas contas; pode ter havido, admito que haja e sei que há, de facto, alguma obra nestas áreas feitas, mas essa obra foi feita há custa dos fornecedores o que veio, de facto, e como já se disse, agravou significativamente a dívida com os fornecedores. O que temos assistido é que, no final de dois mil e quatro (2004) e no início deste ano já, tem havido o início, o arranque de algumas obras sem definir prioridades, sem grande planeamento, sem sustentabilidade financeira porque, para lançar obras, de facto, é preciso ter uma visão de onde é que vem depois o dinheiro. Mais uma vez, no meu ponto de vista ou no nosso ponto de vista, numa caça ao voto para as eleições de Outubro sem olhar ao endividamento e à custa dos fornecedores. Aliás, esta linha de pensamento comprova-se - e dou aqui assim um passo em frente, mas rapidamente - quando analisarmos, de facto, a Execução Financeira em Março dois mil e cinco (2005) isto comprova-se porque o endividamento aumentou em relação ao final de dois mil e quatro (2004). Por agora, era só.

O Presidente da Assembleia Municipal: Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral: Eu fiquei um bocado cheio de percentagens na cabeça, mas uma visão tão negativa apresentada agora quer dizer que politicamente seria bom para quem a acabou de a fazer porque se é tão mau, tão mau, tão mau e temos eleições este ano, as coisas estão com certeza em mudança. Mas efectivamente não se pode é apresentar, por exemplo resultados nas Despesas de Pessoal dizendo: "Aumentou trezentos por cento (300%) esta rubrica" sem dizer a verba que estava orçamentada porque senão, estamos aqui a desmistificar tudo. Porque trezentos por cento de uma verba pequenina não quer dizer nada; trezentos por cento de uma verba enorme queria dizer, muito. No caso dos trezentos por cento é por causa de uma verba que não tem quase significado nenhum. Logo, a questão desta discussão que se pode pôr aqui politicamente, quer dizer, é: "Eu tenho uma visão negativa desta Câmara porque sou politicamente contra e acho isto tudo que está mal feito"; do outro lado. "Eu não tenho uma visão tão, tão positiva que podia contrariar aquela. Tenho as minhas críticas a fazer, mas efectivamente, e tenho até algumas dúvidas sobre as próprias contas aqui anotadas, pelo menos, nas primeiras páginas, que as últimas pois, pouco a pouco, não tive tempo. O que aqui se passa é uma discussão decorrente, há oito (08) anos que eu estou nesta Assembleia Municipal, quer dizer, já estive com Executivos de outra cor política e com Executivos do Partido Socialista. Os Orçamentos são sempre, desde que há fundos comunitários, empolados de uns e de outros. Quer dizer, e logo, quer dizer, fazer depois, agora uma análise política, sobre um Orçamento que a gente sabe, à partida, que é empolado e qualquer força política que vá para o Poder tem que o empolar para poder estar cabimentada a possibilidade de fazer projectos, não me parece a forma mais séria de argumentar. À partida, quando aqui discutimos o Orçamento, já todos sabíamos - foi aqui dito, foi dito por mim que até dei os parabéns à técnica pela contabilidade criativa, na altura - quer dizer, que ele estava empolado porque tem que estar cabimentada a possibilidade de vir a fazer obra, na altura até me lembro que contei a história do que era um Orçamento base zero e isso que era possível fazer. Não é possível enquanto as formas de planeamento e dos fundos comunitários, e a aplicação em Portugal forem como são, não é possível não ter essa problemática sempre cabimentada para se poder aproveitar. Quanto à captação das Receitas de Capital dos fundos comunitários, isso aí quer dizer então que o doutor Nascimento não tem razão nenhuma porque aumentou bastante dos últimos anos, de dois mil e um (2001) para os outros anos seguintes; aumentou de quinhentos (500) para novecentos mil euros (900.000), quer dizer, em média o que, logo, "não é por aí que o gato vai às filhoses". A questão complicada que aqui está e que o senhor Presidente da Câmara também a lançou é, que a questão de que, de facto, as Despesas de Pessoal absorvem uma grande parte das Receitas Câmara. Mas isso, há, pelo menos, oito anos que vimos a falar nisso, e vimos a apontar para essa questão e para a possibilidade do fim dos fundos comunitários. Felizmente ou infelizmente, não está previsto o fim dos fundos comunitários, haverá mais um Quadro Comunitário de Apoio de dois mil e sete (2007) a dois mil e treze (2013), embora com todas as discussões que a verba ser tirada aos países de coesão e, e não ser tirada nos outros fundos; ser tirada para os fundos dos países de coesão, mas, quer dizer, o que está mais ou menos previsto é haver um Quadro Comunitário de Apoio dois mil e sete a dois mil e treze da mesma ordem de grandeza com uma de Apoio. E, no fundo, ter uma visão para o futuro que passe um pouco desta fixação imediatista do investimento material na obra, no betão, na estrada para o investimento imaterial na qualificação, na Educação, na Cultura, no Ambiente que são as coisas que vão contar no futuro e, logo, a

maior parte das coisas que são efectivamente necessárias, como as etares, as estradas, as águas, etc., estão em execução, vale a pena para o futuro pensar um pouco mais no imaterial do que no material. Mais, tentar que esta terra chegue aos tais dez mil habitantes para ganhar os dois mil que perdeu nos últimos anos, e ter que manter este equilíbrio o que passa por, de facto, o investimento imaterial, a qualificação, a qualificação das pessoas, a Educação, a Cultura e uma visão ambiental do concelho. Só para vos dar um número que estive a ler hoje, absolutamente impressionante um país, dois países parecidos, Portugal e Grécia; o clima do Alentejo parecido com a Grécia, a diferença em área de painéis solares entre Portugal e a Grécia é de um (01) para trinta (30), um para trinta e nós continuamos aqui, então este ano que só houve sol durante todo o ano. Quer dizer, dantes desperdiçávamos água porque chovia; agora desperdiçamos o sol que vem do ar e não temos investimentos a esse nível que valeria a pena pensar nisso. Obrigado.

O Membro Moura Lopes : Eu começava pelo papel, tanto papel e perguntava: não é possível uma apresentação melhor destas contas? Eu digo isto porque o Partido Socialista, em mandatos anteriores e designadamente numa data anterior, bateu muito nesta tecla e penso que bem. Portanto, penso que se deve fazer um esforço para se apresentar isto de uma forma, de uma forma apresentável, mais apresentável. O senhor Presidente da Câmara levantou aí uma questão que, que é esta: as contas depende de quem as apresenta e eu, nesse sentido, fazia um repto ao meu camarada Serra: qual é a sua visão nestas contas? E fazia-lhe esta pergunta. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal: Faz favor, engenheiro Cabral.

O Membro Carlos Cabral: É só uma pequena correcção. É que as contas não depende de quem as apresenta, mas depende de quem as lê, porque a apresentação é o discurso, quer dizer, etéreo e vago sobre as coisas.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, alguém quer falar? Neste momento, houve aqui um pedido - para que o Vereador Serra use da palavra. Pergunto ao Presidente da Câmara se autoriza.

O Presidente da Câmara Municipal: Eu autorizo sempre os meus vereadores a falarem, contrariamente àquilo que se passava antigamente. De qualquer maneira, lembro apenas que nós aqui já conhecemos os discursos uns dos outros. Portanto, aqui, que estamos numa Assembleia Municipal seria muito mais interessante que as contas fossem apresentadas pelos elementos da Assembleia Municipal da Bancada da CDU, mas de qualquer maneira, eu vou ouvir outra vez o discurso do Vereador Serra que já o ouvi na reunião de Câmara; por mim, faça favor.

O vereador Serra Silva: Antes de mais, muito boa noite a todos os presentes. Chamar só a atenção para uma questão que parece pormenor, mas não é, não é pormenor; tem a ver com aquilo que deve ser o funcionamento desta casa; é que a interpelação directa de um membro da Assembleia Municipal a um Vereador não tem que ser autorizada pelo Presidente da Câmara. É apenas uma questão formal, mas que convém também referi-la, senhor Presidente da Assembleia. Eu penso que é assim: há, efectivamente, um relacionamento que está definido na legislação de como é que pode ser pedida ou dada a palavra aos vereadores e foi só isso que chamei a atenção, não foi nenhuma chamada de atenção ao senhor Presidente por esta iniciativa, nem é nenhuma lição. Relativamente à questão e ao desafio que me foi feito, eu comungo um bocado daquilo que foi dito pelo Carlos Cabral, que efectivamente elas dependem de quem as lê, mais do que de quem as apresenta. Do ponto de vista técnico, não vou levantar nenhuma questão. Aquelas que tinha, levantei na reunião de Câmara; foram aceites pela equipa técnica que as elaborou; foram feitas algumas correcções e podem crer que foi no sentido de melhorar o documento, embora pudesse haver outras que também ajudavam se calhar àquele resultado mais positivo que o senhor Presidente diz, mas essas já foram alertadas também noutras alturas, não foram tidas em conta, também não vale a pena continuarmos sempre com a mesma retórica. Agora, relativamente à parte política, que é aquilo que nós devemos discutir, efectivamente a questão estrutural desta Câmara continua, mantém-se nestes quatro (04) anos. Apesar de, no mandato anterior, ter havido muitas críticas, a questão estrutural mantém-se. Ou seja, nós temos, e pela dimensão que o Município tem, tem efectivamente uma carga de Despesa Corrente grande e tem pouca capacidade de criar Receitas que possam, efectivamente, depois dar cobertura com alguma folga a essa Despesa Corrente que temos. É um problema estrutural; não, não é só

deste Executivo, já vinha dos Executivos anteriores e vai-se prolongar se não forem tomadas medidas que o ajudem a resolver. Agora, o que nós temos que fazer é que é assim: o resultado da Receita Corrente depende do resultado; o resultado da Despesa Corrente, em percentagem como nós aqui falamos e a sua execução, depende sempre daquilo que for o capital. Se houver mais investimento, as percentagens oscilam, elas oscilam e, se houver mais investimento, a percentagem do investimento sobe, a parte corrente diminui e então ficamos com uma maior eficácia e vimos que, efectivamente, o nosso desempenho, em termos de investimento, é muito superior e a nossa carga, a nossa carga de Despesa Corrente vai-se diluindo e podemos dizer que os rácios de eficácia dos nossos trabalhadores serão melhores em função daquilo que acontece. Agora, aqui acontecem duas coisas que é preciso nós percebermos: é que o actual Executivo e a forma de gestão deste Executivo tem diminuído e tem abrandado muito na administração directa e tem privilegiado o recurso à empreitada e aqui é que me parece que esta dualidade não está a resultar. Ou seja, está a manter a carga de pessoal que tem, mas não está a desenvolver o suficiente por administração directa. Ou seja, aquilo que vai executando é pelo recurso à empreitada e aí torna-se cada vez mais pesado a Despesa Corrente e nomeadamente a Despesa de Pessoal porque, efectivamente, para que isto melhore, o pessoal tem que ser rentabilizado, tem que ter intervenção, a administração directa tem que continuar a desenvolver-se e tem que ser melhor estruturada para que esse pessoal que temos possa, efectivamente, melhorar os seus índices. Agora, aquilo que me parece e que me preocupa mais desta conta, e tive oportunidade de dizer na Câmara, é a falta de sustentabilidade financeira com que estão a ser lançados alguns projectos, nomeadamente, nesta fase final. E eu já pedi, mas já pedi várias vezes e continuo à espera que me fosse facultado uma previsão de Tesouraria relativamente àquilo que são as obras lançadas e que estão concursadas. Ou seja, que a Tesouraria dissesse ao Executivo quais são as capacidades reais que têm de fazer face às Despesas que estão a ser assumidas pelo Executivo e esse, esse mapa - vou gostar de ver quando ele sair - mas aquilo que, que preocupa é - e nós podemos ver isso - é que os fornecedores, a dívida a fornecedores, que é uma dívida de Conta Corrente, mas é uma dívida de curto prazo, está a aumentar grandemente e isso deve-nos preocupar porque mexe com fornecedores, mexe com pessoas de Borba, mexe com outros fornecedores de outras localidades que também têm dificuldades depois nas suas empresas relativamente a estes encargos e nós vimos que, por exemplo, de Dezembro de dois mil e quatro (DEZ/2004) a Março de dois mil e cinco (MAR/2005), aumentou cerca de trezentos mil euros (300.000), mas esta tendência, esta cadência de aumento vem-se manifestando desde o início do mandato e sabemos que, se não houver alterações relativamente ao endividamento, nós estamos a assumir encargos de curto prazo à custa de fornecedores porque não temos condições de o ir buscar à Banca. Se houvesse condições de o ir buscar à Banca e transformar este curto prazo em médio e longo prazo, então a sustentabilidade das obras que estão sendo desenvolvidas, ela efectivamente viria a aparecer porque nós sabemos que, quando se faz um investimento ou no Palacete dos MeIos, ou no Cine-Teatro, aquilo não é um investimento para um ano; aquilo é um investimento que vai levar vários anos, mas para isso também temos que ter capacidade financeira para poder ir suportando essas questões porque aquilo que está acontecer e vai acontecer e vai-se agravar em dois mil e cinco (2005) é que o ritmo de lançamento de obras por empreitada, a Câmara não tem condições de as satisfazer financeiramente, com a agravante de - como o senhor Presidente também disse e eu comungo dessa opinião - a CCDR não liberta dinheiro mesmo que a obra esteja candidatada, se o Auto de Medição do empreiteiro não tiver sido previamente pago pela Câmara e essa questão obriga a que a Câmara tenha também ela na sua Tesouraria capacidade para ir satisfazendo capacidade aos empreiteiros. E são estas questões que devíamos ponderar, que a maioria devia ponderar e começar a dar respostas de como é que elas vão ser solucionadas e como é que vamos encarar isto neste ano de dois mil e cinco (2005) porque aquilo que me parece, a mim, que tem faltado é: priorização dentro daquilo que são as necessidades e eu parece-me que é importante que se diga e pode-se dizer e, que tudo aquilo que está a ser feito fazia falta; não vamos discutir se fazia falta ou não. Agora, temos que discutir o que é que fazia mais falta dentro daquilo que falta faz ou se tudo faz falta em simultâneo e com a mesma prioridade porque parece-me que podemos chegar a ter uma situação financeira complicada e de arrastar que pode comprometer se calhar já o próximo Quadro Comunitário e se calhar a capacidade da Câmara de dar resposta em futuros mandatos. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal: O senhor Vereador Serra Silva disse de início de que não precisaria da autorização do senhor Presidente da Câmara para falar porque tinha sido interpelado pelo

seu camarada de Bancada. Só que eu não entendi isso assim. O senhor Moura Lopes não formalizou nenhuma pergunta; o senhor Moura Lopes, no meu entendimento, sugeriu que o Vereador Serra fizesse uma explicitação da sua forma de analisar o Orçamento e foi devido a isso que a autorização do Sr. Presidente da Câmara se tornava necessária, e depois de ouvirmos o Vereador Serra, verificámos que, de facto, ele não respondeu concretamente a nenhuma pergunta que não lhe foi feita pelo membro Moura Lopes, mas fez de facto uma análise ao orçamento.

O Membro Mário de Deus: Muito obrigado, senhor Presidente, e deixe-me discordar agora de si; discordar, penso que estou a discordar porque a intervenção do Vereador Serra - em meu entender - foi, foi bastante elucidativa. Portanto, eu fiquei, fiquei bem impressionado com a intervenção. Foi uma intervenção calma, foi uma intervenção ponderada - no meu entender - e que toca, de facto, as questões de fundo que se põem à nossa comunidade, que se põem ao nosso concelho. Penso que não estou em desacordo consigo, mas de qualquer maneira, eu só quero dizer que, sendo suscitada de forma ínvia, acabou por não corresponder à ínvies do percurso e impor-se pela estruturação, pela ponderação e pela, digamos, pelo alvo da intervenção que são, de facto, as questões fundamentais. Naturalmente são questões que o Vereador Serra Silva foi ouvindo aqui ao longo dos anos todos que passaram; são questões decisivas, são questões importantes, são questões políticas e daí a sua importância e, nessa medida, são também questões que o Partido Socialista há muitos anos vem debatendo; não debate nem de ontem, nem de hoje, não é? Há muitos anos, há doze (12). O Cabral há bocado referiu a sua experiência de oito (08) anos; obviamente que não é de oito anos a experiência, é de muitos mais anos. E, nesta altura, a uma intervenção ponderada, a uma intervenção calma e bem, e bem precisada, bem dirigida eu queria também responder da mesma maneira e queria dizer, clara e sucintamente, ao Vereador Serra - na condição de vereador ainda só, em mais condição nenhuma, não consideramos ainda mais condição nenhuma - que o Partido Socialista ache que o pessoal, o quadro de pessoal da Câmara podia estar melhor, obviamente; mas é como tudo na vida, tudo podia estar melhor. Portanto, nesta altura, o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Borba satisfaz o Partido Socialista. O Partido Socialista não tem nenhuma reserva a pôr ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Borba. Sabemos isso tudo; sabemos que o ritmo das obras por empreitada, portanto, em demérito, em diminuição, digamos assim, em contraponto com a diminuição da administração directa estão a aumentar, mas todos sabemos também isso - o Serra também sabe isso, o Vereador Serra também sabe isso - quem decide, quem gere os fundos; a CCDR, pela experiência acumulada, deixaram já de ficar bem impressionados pela administração directa - bem impressionados, entre aspas, digamos assim - aprenderam; ao longo dos anos que passaram, foram aprendendo à custa deles - à custa deles nunca, à custa de nós todos - mas eles, porque geriam os recursos de nós todos, de que a administração directa tinha as vantagens que tinha, tinha os inconvenientes que tinha e, na análise dessa sequência, vão aumentando as obras por empreitada. É um caminho inevitável e isso, em nosso entender, não põe em causa o quadro de pessoal da Câmara. Portanto, não vale a pena estarmos com mais conversa. O quadro de pessoal é o que é; podia ser melhor, podia ser pior; é o que é. Estamos cá para o gerir, estamos a geri-lo muito bem e vamos continuar nesse caminho. Naturalmente que a tendência nunca há-de ser para inverter o que se tem feito até aqui. As obras por administração directa não vão aumentar; vão sendo as possíveis, vão sendo as enquadráveis com o tal quadro de pessoal que temos, com a vontade política de quem manda, de quem decide: a CCDR, no caso; as unidades de gestão dos diferentes, dos diferentes programas; a sensibilidade de quem está lá na altura porque também é preciso que se diga que esperamos com alguma impaciência que os actuais responsáveis das unidades de gestão comecem a ser substituídos. Achamos todos, também na sequência desta análise, que este modelo do concelho e da região eleger alguns actores destas questões fundamentais foi um erro muito grande; fizeram-se alianças ínvias, fizeram-se coligações ínvias, torcidas que em nada contribuíram para que essas questões que tu levantaste e muito bem fossem resolvidas, pelo contrário. Deram mais um contributo para que essas questões decisivas que têm que ser equacionadas não fossem equacionadas. Portanto, esperamos todos com alguma, com alguma ansiedade que se acabe esse tempo; que se ponha, de facto; que se ponham, de facto, as ideias de uma regionalização que, sem o ser, o era à custa de uma coligação entre o Governo anterior do PSD, portanto, mantida pelo PSD e pelo PP e com alguns companheiros aqui no Alentejo que não ficavam bem nessa, nessa coligação e que não contribuíram para que essa reflexão que tu aqui fizeste e muito bem fosse feita como devia de ser. Estamos a lembrar dos cargos dos corpos dirigentes da CCDR que foram eleitos nessa, portanto, na sequência dessa ligação entre o PPD e o CDS em coligação aqui no

Alentejo com o PCP e que não deu bons resultados. Portanto, estamos todos com esperança que isto vá ser invertido; que naturalmente não vai ser invertido, esse caminho que tu dizes não vai ser; as obras por administração directa não vão aumentar já nunca mais. Foram num tempo. Penso que também estamos todos de acordo. Tu também; se, se meteres a mão na consciência, penso que estarás de acordo comigo. Foram de um tempo, mas já não voltam para trás e daí que nós não tenhamos angústia nenhuma com o quadro pessoal da Câmara. Eu não estou, não estou a substituir a Câmara, obviamente; mas penso que é o que eles te vão responder e é o que, é o entendimento do Partido Socialista. Portanto, o quadro de pessoal, para nós, não é problema. A questão dos fornecedores, essa já é; esse já é um problema e é um problema na medida em que os fornecedores - como tu disseste e muito bem - são aqui os nossos patrícios; são aqui os nossos, os nossos companheiros; os nossos vizinhos; os nossos amigos que fornecem serviços e, fornecem serviços e bens à Câmara e, como tal, não podem ser, a sua sanidade económica não pode ser posta em causa por um atraso da Câmara; mas também temos isso considerado - é isso que eu te queria dizer - temos isso considerado e muito bem. Era como eu te dizia há bocado - estamos com esperança de que as personagens, os interlocutores lá de cima mudem, se alterem e que isso reponha uma normalidade que não tem sido constatada nestes últimos três (03) anos, como tu sabes tão bem como eu. Portanto, também temos isso bem equacionado; é para te dizer só que temos a questão dos fornecedores bem equacionada, bem presente; não temos dúvidas nenhuma de que rapidamente serão liquidadas; não, todas não, nunca todas, mas grande parte dessas dívidas que, que estão, que estão controladas. É só para te dizer que estão controladas; que não, não fugiram ao controle, não estão a fugir ao controle; estão controladíssimas e vão ser dadas contas muito rapidamente. Obrigado.

O Membro António Proença: Eu tenho muita consideração pelo nosso amigo Serra, mas também tenho boa memória e recorde-me perfeitamente quando o senhor doutor Mário estava sentado aqui à minha esquerda que algumas vezes foi impedido de falar pelo ex-presidente da Câmara Municipal e sei que o senhor Vereador Serra que é uma pessoa honesta, mas que nem sempre consegue, efectivamente, pôr em prática essa honestidade porque ele é uma pessoa bem informada e disse bem; porque o que diz aqui, de facto, o número três (03) do artigo quarenta e oito (art.º 48) é isto: "Os vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates sem direito a voto. A solicitação do Plenário" - o que não é bem o caso - "ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal". Senhor Serra, quando o senhor Mário foi várias vezes aqui impedido de usar da palavra, nunca utilizou o número três (03) do artigo quarenta e oito (art.º 48) da Lei cento e sessenta e nove (169). Sei que o senhor que é uma pessoa bem informada, não tenho dúvidas nenhuma; só que nunca o fez a não ser agora. Tenho dito.

O Membro Rui Bacalhau : Bom, novamente, boa noite a toda a Assembleia. Isto hoje estamos numa sessão com um pouco de nostalgia; está-se a falar tanto no passado e, como sempre, nós andamos é preocupados; pelo menos, eu e a maioria dos que aqui estão, com certeza, estamos é preocupados com o futuro porque o passado já é passado; só nos ensina as coisas boas e, as coisas más, temos que as corrigir imediatamente. Eu queria fazer uma intervenção que vai entrar na parte técnica e na parte política. Começava por responder a algumas das intervenções que o Serra Silva fez - que também comungo da intervenção do meu colega Mário - em que o Serra fez uma intervenção calma, tentando apresentar alguns pontos de vista. Eu não concordo com eles nalguma essência e até acho que ele, nalguns pormenores, falhou porque o pessoal, para nós - além daquilo que o Mário disse - o pessoal não aumentou em dois mil e quatro (2004). () pessoal não aumentou substancialmente - aumentou, nada mais, nada menos do que, não chegou a dois e meio por cento (2,5%), não chegou a dois e meio por cento. Isto valores, estou a observá-los e estou lê-los também, cerca de trinta (30) - mais preciso - vinte e oito mil euros (28.000) em um milhão e duzentos mil (1.200.000); vinte e oito mil euros. Eu vou falar um pouco em termos absolutos e não relativos porque há pouco, na intervenção do Deputado Luís Nascimento, houve aqui alguns números relativos que confundiram a Assembleia. Quem não tem estes números fica ou, quem não os leu, fica um pouco na ideia: ", aumentou tanto os impostos. , os impostos". As Receitas Correntes, as Receitas Correntes não aumentaram por fruto dos impostos. O senhor Deputado Luís Nascimento sabe perfeitamente que o grande acréscimo que houve nas Receitas Correntes está na conta setenta e cinco, quatro (75/4) que é as Imobilizações em Curso. Aí sim, e aí aumentou cem por cento (100%) porque passou de quatrocentos e setenta e cinco mil euros (475.000) para oitocentos e dezassete (817). Em

resposta àquilo que o senhor disse, os impostos, em termos absolutos, aumentaram - deixe-me fazer a conta comparativamente que não a tinha feita, confesso-lhe - aumentaram cerca de quarenta e cinco mil euros (45.000). Posso-me ter enganado aqui porque estou a somar agora. Todos esses impostos que o senhor acabou de citar; minto. Não é quarenta e cinco mil euros, gostaria de ser mais preciso. Noventa mil euros (90.000), não estava a somar a Derrama. Estou a somar agora com a minha cabeça. Isto só para lhe dizer o quê? Noventa mil euros, em quatrocentos mil (400.000), não é muito substancial. Portanto, o grande acréscimo que houve nas Receitas Correntes foi, essencialmente, de obra que o senhor reconheceu que, efectivamente, houve alguma obra - são palavras suas - foi de obra que ocorreu neste exercício de dois mil e quatro (2004) por administração directa, por isso mesmo está ali ainda o valor em Imobilizações em Curso para, posteriormente, ser transferido para o respectivo imobilizado e não por fruto daquilo que o senhor disse dos impostos. Os impostos aumentou, mas não foi tão substancialmente e os impostos, como devem imaginar, aumentaram quase em todas as autarquias do país. Isto vem no seguimento, de certa forma, das respostas às suas intervenções. Houve, efectivamente, um grande acréscimo na actividade da Câmara. Isto é, em termos operacionais, tivemos acréscimos, tanto nas despesas como nas receitas, na ordem; nas receitas, na ordem dos quinhentos e tal mil euros e nas despesas, um pouco superior, por isso, o resultado operacional teve alguma depreciação. Em termos de actividade global, e isso podemos ver agora com este instrumento do POCAL pela demonstração dos resultados, houve também um acréscimo na ordem dos quatrocentos e tal mil euros, em termos de actividade global. Isso simboliza que houve alguma obra. Quando os custos fixos, chamados o pessoal e outros de leasings e de amortizações não subiram, foi, e houve este acréscimo na actividade, tem que ser essencialmente por um acréscimo que vamos ter no nosso património que é a chamada obra e se observarmos também para o nosso balanço, verificamos que o imobilizado cresceu substancialmente. Posso-vos dizer, estou a ler também - o acréscimo que houve no imobilizado corpóreo de dois mil e três (2003) para dois mil e quatro (2004) é quase de um milhão de euros (1.000.000), isto é, quase duzentos mil contos (200.000.000\$00). Em termos de bens de domínio público, houve uma pequena depreciação e foi fundamentalmente, se observarem e se fizerem as contas, por fruto da amortização e as amortizações servem precisamente para depreciarem, ao logo da vida útil, o respectivo bem. Uma última, uma última situação: o POCAL ainda é um menino; ainda é um menino, efectivamente, nesta Câmara. Já não devia ser um menino porque só estamos a utilizar o POCAL há dois (02) anos; já não devia ser, se tivesse sido cumprida a legislação noutro tempo, não foi. As contas - e não vou falar da questão do papel - mas as contas já reflectem uma imagem muito mais real daquilo que a Câmara vale e eu digo "vale" com algum sentido: no futuro - isto é uma palavra que o Serra já aqui utilizou e que eu comungo dela, eu também a referi naquela altura - no futuro, as Câmaras, o seu endividamento e tudo isso vai começar a ser analisado pelos indicadores de gestão. Obviamente, temos que preparar as autarquias e tudo o que vá utilizar o respectivo POCAL para, daqui a amanhã, elas terem um activo que seja sustentável para, quando recorrermos a alguns empréstimos para fazer face à actividade, à actividade neste caso, da Câmara, a Banca ou quem nos empresta o dinheiro poder ficar mais tranquilo e mais descansado. São indicadores de gestão que se praticam no dia-a-dia. Portanto, o POCAL ainda é um menino; as técnicas estão, de certa forma, de parabéns, mas a Bancada do Partido Socialista é extremamente exigente e não fica, de certa forma, não fica nada satisfeita, nada satisfeita e é crítica também junto dos técnicos e junto dos nosso políticos, é crítica também no sentido deles melhorarem; há aqui situações que ainda podemos melhorar. Já lhe fizemos essas críticas, já lhe fizemos chegar essas críticas e nós não nos damos por satisfeitos com estas contas assim. Queremos mais, queremos melhor que esse é o nosso lema e foi isso que prometemos aos borbenses. Queremos mais e esse mais está-se a ver com a obra que já está a traduzir-se nas respectivas contas. Queremos melhor - como há pouco o meu colega Mário disse - melhorando a actividade do próprio pessoal; ficando com o pessoal que tem, mas melhorando para ele ser mais eficiente e, de certa forma, poder-se também falar em termos de competitividade. Em termos do endividamento, também só um esclarecimento muito simples. Efectivamente, há um acréscimo no endividamento aos fornecedores - há, sim senhora - mas isso vem na sequência daquilo que eu tenho estado a dizer. Houve uma grande obra, houve obra, foi reconhecido até pelo deputado Luís Nascimento, o Serra também reconhece que há obra. E, então, se há obra, efectivamente, temos que ter endividamento nalgum sítio porque, no endividamento bancário, o endividamento bancário diminuiu cerca de trezentos mil euros (300.000). Ora, se o endividamento bancário diminuiu cerca de trezentos mil euros, tiveram que se recorrer a alguns sítios para fazer a obra. Outra situação também para colmatar isto dos fornecedores que

é preocupante - volto já a dizer, Serra - é preocupante; eu fico preocupado também, certamente todos estes elementos aqui da Bancada, e já ouviste a intervenção do nosso colega Mário, estamos preocupados também com o endividamento aos fornecedores. Mas, quando os projectos forem devidamente aprovados, quando os projectos começarem a libertar esses respectivos dinheiros, é nossa convicção e vamos fazer pressão junto da Câmara para o endividamento aos fornecedores diminuir. Isso, em nome da Bancada, te digo já isso, que nós estamos preocupados e que a Câmara vai ter que diminuir o endividamento aos fornecedores. O endividamento bancário - e só para, de certa forma, esclarecer - o endividamento bancário diminuiu trezentos mil euros (300.000). É importante, quando falarmos no endividamento, ele cresceu. mas não cresceu da forma significativa, como já aqui foi dito, só em termos de fornecedores porque houve uma diminuição no endividamento bancário. Falta de sustentabilidade financeira: efectivamente, eu não acredito, eu não acredito que, quem está a gerir os destinos da nossa Câmara, vá avançar com as obras sem ter sustentabilidade financeira. Vai pôr muita gente em causa se isso acontecer, Serra. Acho que vai ter que haver planeamento; vai ter que haver candidaturas e vão, as obras vão ter que ser, vão ter que avançar continuando com o mesmo ritmo, havendo alguma obra e vão ter que avançar em função, obviamente, dos meios que os programas vão libertando para poder termos essa sustentabilidade financeira. Isto tudo assenta num último ponto. Para toda a Assembleia. Eu penso que a política que temos que aqui avançar é uma política assente nalgumas premissas, como o professor Cabral há pouco disse e muito bem, e tem que assentar numa estratégia de desenvolvimento económico-social sustentado e, se a gente continuarmos neste caminho de desenvolver a nossa terra de uma forma sustentada, com certeza os borbenses vão ficar melhor e nós, como deputados, e vocês, como Câmara, vamos ter que vos exigir sempre mais para trazerem mais e melhor para a nossa terra. As contas reflectem a obra que, de certa forma, foi feita e, em termos de património, as contas reflectem que, efectivamente, o nosso imobilizado, isto é, o nosso património da Câmara aumentou cerca de um milhão de euros (1.000.000), isto é, duzentos mil contos (200.000.000\$00). Tenho dito.

O Membro Carlos Cabral: Muito obrigado. São tão poucas as oportunidades de discutir seriamente política e princípios aqui que eu não queria deixar de aproveitar esta oportunidade e em quatro (04) pontos fundamentais. Primeiro ponto, o desequilíbrio estrutural que, há longos anos, esta Câmara tem e que vai ter no futuro. Esse desequilíbrio estrutural tem a ver com a própria história do país; com a própria história das autarquias; a nossa, vem da nossa própria história, da história do Poder Local e em que em muitos concelhos do interior se transformou, as autarquias nos principais empregadores para dar resposta às necessidades, de facto, quer dizer, sentidas e reais e se, a partir daí, se fez, no fundo, a grande discussão, que hoje pode ser sobre os princípios entre a questão da administração directa e da empreitada. Evidentemente, que a questão da administração directa, teve o seu tempo quando o principal conjunto de obras eram as chamadas obras da infra-estruturação básica de que o país estava extraordinariamente carente. E, quer dizer, fez o seu tempo; fez o seu caminho; permitiu de facto a criação de emprego, mas está a chegar ao fim, quer dizer, independentemente, da vontade das pessoas, independentemente da vontade própria. E está a chegar ao fim por duas (02) ordens de razões: Primeiro porque a reforma dos trabalhadores entrados nos primeiros anos do Poder Local está a diminuir ou irá diminuir e irá diminuir nos próximos cinco (05) anos bastante os quadros de pessoal e, segundo, porque o que há para fazer no futuro em termos estratégicos, não é o que foi exigível no passado. E este futuro, no futuro, as autarquias até podem vir a ter mais pessoal do que têm agora; vão ter é pessoal de um género completamente diferente, conforme tiverem imaginação de chamar a si funções que poderes públicos e políticas públicas devem fazer. Não sei se tiveram oportunidade de ler um estudo saído num jornal sobre o chamado PISE que é o Programa Integrado de Comparação dos Sistemas Educativos nos países, em que a Finlândia vem à frente com a Coreia do Sul, e Portugal vem em vigésimo quinto (25.º) lugar em Português; vigésimo sétimo (27.º) a Matemática numa comparação decorrente de quarenta (40), de quarenta países classificados. E, quando se lê a Finlândia, vê-se que todas as autarquias, todas as autarquias rurais do interior da Finlândia, de um país que, depois da 1ª Guerra Mundial, era paupérrimo - não, não esquecendo - todas as autarquias têm uma função, um papel essencial na Educação; em todas as autarquias há bibliotecas extremamente bem apetrechadas; os alunos só têm aulas de manhã e têm, à tarde, as bibliotecas. É mais que provado que, um aluno que começa a ler no Básico, tem uma capacidade de aprendizagem superior a quem não começa a ler, etc., e que as funções aí dessas autarquias públicas são muito mais viradas para toda esta questão da Educação, do acompanhamento de idosos e crianças, etc., do

que propriamente para as funções que nós desempenhámos. Como felizmente também posso adiantar que o desenho do novo Quadro Comunitário de Apoio vai ter um desenho que está a tentar ser - não sei se, depois, virá a ser ou não - nas primeiras conversas assim será, um desenho de integração de programas. É que o que nós vivemos até agora é uma separação de programas que é extremamente complicado planear depois em termos, quer dizer, gerais. A gente tem um programa: um PO Ambiente; tem um PO Agricultura; tem PO Operacional Regional; tem um PO Cultura; tem um PO não sei quê, etc.. Se a gente tiver imaginação para tentar integrar programas, quer dizer, ou tentar integrar realizações com imaginação que possam ir buscar à integração dos diferentes programas, eu penso que a gente tem aí uma forma de, a pouco e pouco, e não rapidamente, não com certeza nos próximos dez (10) anos, resolver o problema estrutural existente e grave entre as receitas e as despesas. Acontece também, que é preciso - e deve ser a décima sétima (17.º), décima oitava (18.º), décima nona (19.º) vez que eu falo nisto aqui nesta Assembleia; já falava dantes, falo agora também - é preciso a gente ter a humildade, quer dizer, o suficiente para perceber que se tem que ter uma estratégia, que se tem que ter uma estratégia; que estes territórios do interior têm que ter uma estratégia porque, senão são completamente assoberbados. O que nós estamos a assistir no mundo de hoje é a chamada, dantes havia a Divisão Social do Trabalho, agora é Divisão Internacional do Trabalho e, na Divisão Internacional do Trabalho, por mais que a gente veja agora com olhos bem fundos, não nos toca nada. Quer dizer, toca-nos o sol; a praia e o Inverno, e o Inverno e os golfes. Não nos está a tocar mais nada e essa é que é a questão fundamental. Quer dizer, no futuro, mesmo destes territórios; o que é que nos toca na futura Divisão Internacional de Trabalho? Não é, com certeza, fazer os têxteis porque a China inunda isto tudo, nem fazer as outras coisas. Mas o que é que nos vai tocar como território? E aí, se todos tivermos humildade suficiente para nos ouvirmos uns aos outros, etc., talvez a gente, com imaginação, consiga arranjar duas ou três pontes fundamentais, vectores fundamentais desta estratégia de futuro que permita não só a sobrevivência, mas algum crescimento.

O Membro Luís do Nascimento: É uma questão muito rápida. É dizer que, de facto, a discussão que se está aqui a assistir hoje parece que é uma discussão que está a confluir para o mesmo, para o mesmo lado e está, de facto, não é? Que é a parte de preocupações que todos nós temos em relação ao desenvolvimento, ao futuro deste concelho. É natural, é natural que a leitura destas contas, cada um a faça à sua maneira; que faça a interpretação, como também já aqui foi dito, dos números à sua maneira. Naturalmente que nós procuramos levantar preocupações em relação àquilo que é revelado nas contas que foram agora apresentadas. Naturalmente que temos vindo a apresentar algumas soluções também; aqui assim não tanto porque as reuniões são mais reduzidas, mas na Câmara Municipal temos, de facto, feito a apresentação de propostas e penso que é nesse sentido que temos de convergir todos, não é? Para, de facto, poder arrancar o concelho, a região e o país do estado em que estamos. E já foi dito aqui por todas as Bancadas, de facto, e a mim preocupa-me seriamente estes números. São como o algodão, não enganam, não é? E que a dívida a fornecedores; independentemente do imobilizado estar a subir, a dívida a fornecedores está a aumentar de uma forma - no meu ponto de vista - assustadora, não é? Que já aqui foi dito, os fornecedores são gente desta terra, gente das terras vizinhas que têm também compromissos, responsabilidades e têm, e precisam do dinheiro para, de facto, poderem sobreviver. Em relação às questões da CCDR, dizer que eu, de facto, esperava, quando, quando houve a alteração - isto é com toda a sinceridade - quando houve a alteração da direcção ou dos dirigentes da CCDR que melhorasse um pouco a celeridade da análise dos projectos, a aprovação e depois o desbloqueamento das verbas. Aquilo que, de facto, se veio a verificar é que isso não aconteceu, não é? Agora, também deixo esta dúvida no ar: será que bastará mudar, mudar, de facto, quem dirige a CCDR ou é necessário também ter uma visão diferente em relação ao funcionamento global da CCDR e alterar formas de funcionamento, de princípios, etc.? Pode não ser só, de facto, dos dirigentes; pode ser também, não digo dos técnicos, mas de departamentos, de formas de funcionar que não permitem, de facto, desenvolver melhor os processos e daí, de facto, a Câmara de Borba, como outras, muitas Câmaras estão à espera "do ovo no dito da galinha" e pode demorar, de facto, muito tempo a galinha a cacarejar.

O Presidente da Câmara Municipal: Obrigado. Bom, queria começar por dizer que indelicado é coisa que eu nunca fui e não é defeito, é feitio. Gosto muito de rir e ainda bem até porque nos esforçamos muito. É muito mais fácil e colocamos muito menos músculos em funcionamento - está provado - sorrindo do que ficando sérios, não é? E, portanto, isto para dizer que, a atitudes provocatórias, não respondo e há bocado,

quando estava a rir aqui com o meu Vereador Artur, nem sequer me estava a rir daquilo que o doutor Luís Nascimento estava a dizer. Portanto, para que não fiquem equívocos, eu não me estava a rir nada daquilo que o doutor Luís Nascimento estava a dizer, estava a falar de uma coisa completamente diferente. Mas voltando, portanto, aos comentários que foram aqui feitos, é óbvio que, e começando pelo doutor Luís Nascimento, quando fez a primeira intervenção, falou em orçamento furado, enfim, pode estar furado, mas não há dúvida que as obras estão aí à vista e são muitas. E falou numa coisa extremamente importante e que eu não tinha falado, mas que por acaso falámos na reunião de Câmara que foi a questão dos resíduos sólidos urbanos que são preocupantes, foram preocupantes. Aliás, foi um dos aspectos que contribui também para que aquele défice, para que aquele resultado final correspondesse àquele valor que lá está porque teve que ser pago uma despesa de investimento que vinha atrasada e que, neste momento, está completamente liquidada. De qualquer maneira, dizer-lhe que este aspecto dos resíduos sólidos urbanos também é muito preocupante e era bom e vamos trabalhar também nesse sentido, no sentido de que as pessoas comecem a reciclar e cada vez mais o lixo em casa, os resíduos sólidos porque, quanto mais separarem, à partida, melhores serão também os resultados em termos de pagamento à empresa GESAMB e é uma situação para a qual a população deve estar, deve estar alertada. Depois, relativamente à questão, às despesas de pessoal e quando se falou, falou-se por aí em políticas eleitoralistas, valha-me Deus. Quer dizer, se há pessoas que nós não temos, que não temos feito, não temos admitido na Câmara gente da forma como noutros tempos se admitiu, fomos nós. Quer dizer, as pessoas que temos admitido para a Câmara, infelizmente para nós e é uma, e é uma situação também dramática para quem aqui está, quem aqui está todos os dias e para quem faz atendimento todas as quintas-feiras ver a quantidade de desempregados que começam a aparecer. É uma situação dramática e grande parte das pessoas - e vocês todos são testemunha disso e as pessoas sabem perfeitamente - grande parte das pessoas que nós temos admitido aqui na Câmara ou são desempregados aos quais pagamos o subsídio, apenas o subsídio de almoço e o seguro - é mais uma, é mais uma receita que eles têm - são pessoas que vamos buscar ao Rendimento Mínimo. Aliás, temos tentado aqui resolver muitos problemas dramáticos do concelho, portanto, e se calhar com grande pena nossa não temos conseguido resolver muito mais. E temos tentado arranjar empregos e colocar as pessoas noutros locais que não na Câmara. Quando se fala na dívida total e - aliás, por acaso esta até foi um comentário que o Vereador Serra fez numa reunião de Câmara - estamos a falar de uma dívida total - os números são do Vereador Serra - seis milhões de euros (6.000.000); seis milhões de euros corresponde a um milhão e duzentos mil contos (1.200.000.000\$00). Se nós pensarmos nos resultados de auditoria, imediatamente verificamos, o Vereador Serra é o que diz: "Os resultados de auditoria estão lá". Pois. Então, afinal os números; afinal se calhar podem-se fazer de maneiras diferentes, não? Bom, afinal, se calhar, tenho razão. Dívidas à Banca, dívidas à Banca acho que alguém disse que a dívida à Banca aumentou. Eu não percebo onde é que aumentou; onde é que viram esse aumento ou, se aumentou, naturalmente, que aumentou em dois mil e dois (2002) e todos se recordam porque é que aumentou. É que tínhamos que pagar aos fornecedores e aí sim. Tal, tal; agora, tal como em dois mil e dois, existiam - se, se a memória não me falha - trezentos e trinta (330) ou trezentos e quarenta mil contos (340.000.000\$00) de dívidas a fornecedores; era o que existia na altura. E, portanto, lembro-me perfeitamente até termos contraído um empréstimo de cem mil contos (100.000.000\$00) para pagar as dívidas a fornecedores e depois mais duzentos mil (200.000) de investimento. Portanto, estas coisas é; fazer obras para a caça ao voto? , há coisas aqui que eu não, que eu não entendo nem quero entender, nem sequer quero discutir. Estamos cá para trabalhar e estamos cá para executar as obras e as obras estão a ser executadas. Mesmo por administração, mesmo as obras por administração directa e, às vezes, temos sido criticados por recorrer por vezes a aluguer de máquinas. Não há dúvida que a Comissão de Coordenação Regional nos tem apertado no sentido de cumprir prazos e não é com a estrutura que nós temos e com as obras por administração directa que tínhamos e que estão a chegar ao fim que nós conseguíamos, que nós conseguíamos cumprir os prazos impostos pela Comissão de Coordenação Regional. Esses prazos têm que ser cumpridos; as obras não se podem arrastar no tempo. Portanto, não se trata aqui de caçar votos coisa nenhuma, não se trata de caçar votos; trata-se de cumprir, de cumprir prazos. Depois, relativamente às questões que o professor Cabral dizia há bocado, do empolamento do Orçamento, eu se calhar agora até gostava de ter o Orçamento empolado ainda para aí de mais vinte mil contos (20.000.000\$00) porque infelizmente, e todos nós sabemos disso, que a Comissão de Coordenação Regional só aprova projectos se os concursos estiverem lançados. O Tribunal de Contas só passa o visto se as obras estiverem cabimentadas pelo menos a parte parcial. Isto depois é aqui uma "pescada de rabo na boca" que é mais

outra vez uma questão burocrática a emperrar muitas vezes o desenvolvimento dos concelhos. Quer dizer, são coisas que não cabem na cabeça de ninguém. E, relativamente às questões, às Despesas com Pessoal, penso que não vale a pena; tinha aqui apontado, mas penso que o Rui Bacalhau já referiu isso há pouco. Quanto à questão que o Deputado Moura Lopes referia da apresentação melhor das contas, as contas, de facto, nós temo-nos esforçado e, aliás, este relatório de contas que aparece aqui e atenção que eu, felizmente ou infelizmente, só fui Presidente da Assembleia com a anterior gestão durante quatro (04) anos, mas lembro-me perfeitamente a diferença abismal que existe entre isto que está aqui e aquilo que nos era apresentado. E aí penso que há diferenças bastante grandes. É óbvio que, estamos a tentar, estamos a tentar melhorar. Às vezes, estes quadros todos que aparecem aqui é uma imposição que eu discuto, que eu discuto. Aliás, eu até nem - e estou de acordo com aquilo que o Deputado Cabral dizia há bocado - eu, se calhar, até propunha que isto que aqui está fosse fornecido em formato digital. Aquilo que fosse possível ser fornecido e poupava-se muito papel e aí eram muito menos hectares de árvores que, que nós derrubávamos. É óbvio que as contas depende de quem as apresenta e depende também da forma como elas, como elas são lidas, mas dava-me quase vontade de lhes contar a anedota de dois mais dois, não é? Visto pelo matemático, pelo economista e pelo técnico de contas ou pelo gestor e, mas não vale a pena porque se calhar já todos a conhecem; mas, de qualquer maneira, nós sabemos perfeitamente como é que os números se apresentam e como é que eles, como é que se lhe dá a volta, a volta aos números tudo dentro da legalidade. Portanto, aí nem sequer faço mais nenhum comentário. Quanto a outra intervenção que foi feita aqui, relativamente, penso que já foi feita pelo Vereador, pelo Vereador Serra, que a questão estrutural se mantém, a questão das dificuldades da receita e da despesa; mas não há dúvida que, neste momento, as contas estão, estão equilibradas em termos de despesa e de receita, mas se há aqui grande, se há aqui nesta Câmara grandes despesas em termos de pessoal, não fomos nós que fomos os responsáveis por isso. Aliás, penso que, neste momento, da parte dos funcionários da Câmara, até as coisas estão a correr bem. Nós, quando recorremos a empreitada, as empreitadas muitas vezes acontecem porquê? Porque grande parte dos projectos e da, grande parte das candidaturas que nós hoje apresentamos, e há e toda a gente sabe disso e vocês todos que estão, todos que estão aqui contactem outros presidentes de Câmara e, imediatamente, constatam que é verdade aquilo que eu vou dizer e é assim; se, os projectos que caírem na Comissão Coordenação Regional por empreitada têm um tratamento e são aprovados; se caírem por administração directa, não são aprovados ou são protelados no tempo porque as pessoas sabem que; aliás, a Comissão de Coordenação também tem que ter taxas de execução e, portanto, essas taxas de execução, eles interessa-lhes que as Câmaras, quando candidatam as obras, que as executem e, portanto, qual é a experiência que eles têm? - havia o, penso que é o Mário que dizia isso há pouco - a experiência que eles têm é que, quando as obras são por empreitada, os prazos são cumpridos; quando são por administração directa, às vezes prolongam-se no tempo. E não quer dizer que seja, e com isto não estou a querer dizer que é porque os trabalhadores não prestam; não é nada disto, antes pelo contrário. O que acontece é que as Câmaras, e a Câmara de Borba também, não tinha capacidade, nem humana nem de maquinaria, para ter a quantidade de obras por administração directa que tinha e nós sofremos isso nos primeiros anos de mandato e grande parte - e volto a dizer - grande parte do aluguer de máquinas que fizemos aqui para estas obras por administração directa é porque não conseguíamos responder aos prazos que nos eram impostos pela Comissão Regional e, para perdermos dinheiro, era preferível alugar máquinas no sentido de cumprir prazos. É só por isso, não é por mais nada. Não é, não, não estamos cá a caçar votos; isso, isso é coisa que já nem sequer se usa e claro que, relativamente à questão da falta de sustentabilidade financeira, ah, é óbvio que sim. Quer dizer, relativamente aos projectos que estão a ser lançados, a nossa pena é que esses projectos não estejam todos eles executados e não é no final do terceiro (3.º) Quadro Comunitário que nós, e não estamos a lançar - e, atenção, já houve aqui duas (02) ou três (03) insinuações, já não sei de quem, de que nós estamos à pressa a lançar concursos; nada disso. Nós não lançámos os concursos no primeiro (1.º) ano de mandato porque os projectos não existiam ou existiam deficientemente e ainda hoje, e onde hoje alguns desses projectos que nós temos mais encalhados - desculpem o termo - resultam exactamente das deficiências que eles têm. Ou seja, nós não podemos fazer candidaturas se não tivermos projectos. Agora, uma coisa lhes digo, neste momento, e estamos no final do mandato, quem entrar na Câmara, seja o Partido Socialista, seja o Bloco de Esquerda, seja o PCP ou o CDU, pode começar a trabalhar no dia a seguir às eleições porque tem cá muito trabalho para fazer; tem cá muitos projectos para executar e não tínhamos, e não tínhamos. Coisas que nós consideramos que são fundamentais para o concelho, fundamentais para o concelho. É óbvio que a questão da priorização que

alguém referiu também, está claro, quer dizer, mas é tudo prioritário. O Quadro Comunitário está aí no fim: ou candidatamos estes projectos ou encontramos solução para arranjar a comparticipação nacional para os executar ou, então, Borba não vai ter mais esses projectos. Isto que fique claro, porque o Quadro Comunitário que aí vem não tem nada que ver com este em que nós estamos e as obras têm que ser candidatas e têm que ser aprovadas o mais rapidamente possível e é nisso que estamos a trabalhar. Se depois tivermos que encontrar mecanismos, ah, vamos encontrar os mecanismos que as outras Câmaras encontraram. Infelizmente neste país já todos constatámos que aqueles que mais prevaricam são aqueles que mais são beneficiados. Veja-se o exemplo das cidades, por exemplo, com o Programa Polis; aqueles que menos planearam, aqueles que mais infringiram, são aqueles que neste momento estão a ser beneficiados. E, portanto, é, há projectos que são fundamentais para Borba, vamos candidatá-los e oxalá todos eles sejam aprovados porque o dinheiro tem que aparecer e tem que aparecer de algum lado. Chamem-lhe leasings, chamem-lhe leasings imobiliários, chamem-lhe factorings, chamem aquilo que vocês quiserem, mas não tenham dúvidas nenhuma que, se eles forem aprovados, temos que encontrar formas de os levar para a frente porque entendemos que Borba, que Borba merece. E claro que esta priorização, nós não a fazemos porque o Quadro Comunitário está no fim, entendemos que as obras são fundamentais para o concelho e, como são fundamentais para o concelho, temos que as fazer e temos que as fazer e estamos a candidatá-las, tivemos que fazer os projectos, estamos a lançar os concursos e vamos fazer as obras. Agora, é preciso, de facto, é que, queimar etapas e isso às vezes é que chocamos outra vez com a questão da burocracia. O Mário falou há pouco também na questão das obras por administração directa versus empreitada, portanto, penso que isso já foi, já foi referido. E não há dúvida, e concordo plenamente com o Rui Bacalhau quando dizia há bocado que há que melhorar. É óbvio que sim, quer dizer, há que melhorar e neste momento nós estamos a ponderar seriamente em fazer um concurso que vai reorganizar completamente os serviços e pô-los a funcionar com grandes melhorias em termos informáticos; mas, para estas coisas andarem, lá vêm outra vez os concursos e lá vem outra vez dinheiro. Claro que vamos tentar candidatar ao Programa Foral; esperemos que ainda, que ainda haja hipóteses. Em relação ao endividamento que, em Julho, que em Dezembro era de um milhão e quinhentos mil euros (1.500.000) - salvo erro - pronto, está dentro da normalidade, daquilo que a Câmara sempre deveu. Agora, é óbvio que é preocupante e nós temos que, temos que ir tentando resolver a situação. E claro que concordo perfeitamente com aquilo que o professor Cabral dizia há pouco, a questão dos trabalhadores da Câmara, provavelmente até a Câmara vai que ter muito mais trabalhadores, é preciso é ter receita para os sustentar. E reparem, dou-lhes um pequenino exemplo: a biblioteca, uma biblioteca neste momento, a funcionar é-lhe exigido, pelo menos, dez (10) funcionários; pelo menos dez. Estamos a falar de uma biblioteca porque, se falarmos numa piscina, se calhar, se calhar estamos a falar de mais dez (10) ou quinze (15) e, se calhar, se falarmos num Cine-Teatro, estamos a falar de mais cinco (05) ou seis (06). Portanto, alguém aqui há uns anos atrás dizia que não era preciso; o problema, às vezes, não eram as infra-estruturas; eram as Despesas Correntes que essas infra-estruturas acarretavam. Nós não estamos preocupados com isso. Ou seja, isto às tantas é aqui uma 'pescada de rabo na boca". Quer dizer, não fazemos infra-estruturas porque isso gera Despesas Correntes, mas para não gerar Despesas Correntes, então não fazemos as infra-estruturas e Borba está como está. Não é isso que nós queremos, não é isso que nós queremos e não foi para isso que eu vim para cá. E, para já, fico por aqui.

O Presidente da Assembleia Municipal: Como não há mais inscritos, íamos passar à votação. Portanto, o que está em causa é a votação dos "Documentos de Prestação de Contas, Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental anexos às Demonstrações Financeiras e Relatórios de Gestão e Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais". Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Portanto, estes documentos aprovados por maioria com cinco (05) votos contra e uma (01) abstenção. Há uma declaração de voto, não é? Faz favor de ler.

O Membro Luís do Nascimento: "Declaração de voto" - (Anexo 7)

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Alteração dos Estatutos da AMDE.

O Presidente da Assembleia Municipal: Pronto. Vamos fazer um intervalo de dez minutos (10min) e seguidamente retomamos os trabalhos.

O Presidente da Assembleia Municipal: Ponto três, quatro (3.4): "Alteração dos Estatutos da AMDE". Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Bom, relativamente a este assunto, foi-vos distribuído, portanto, as alterações introduzidas. Portanto, isto não é nada de especial. Aliás, elas aparecem sublinhadas no texto; foram algumas alterações que resultaram de propostas que foram apresentadas e, portanto, não é muito significativo. Aliás, isto já cá tinha vindo, já tinha vindo aqui à Assembleia Municipal; é só permitir, portanto, autorizar essas pequenas alterações que aí estão.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, alguém quer usar da palavra? Portanto, como não há inscritos, vamos passar à votação. Quem vota a favor da proposta da Câmara sobre a "Alteração de Estatutos", faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a "Alteração de Estatutos" está aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia Municipal: Passávamos ao ponto "Despesas de Representação do Pessoal Dirigente". Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Senhor Presidente, eu propunha à Assembleia que este ponto, à semelhança daquilo que fizemos na Câmara, passasse para uma próxima Assembleia porque surgiram algumas dúvidas relativamente a este assunto, pelo que nós adiámos também em reunião de Câmara e propunha que, realmente, a Assembleia considerasse que, numa próxima reunião, não quer dizer que seja já na próxima, mas que numa próxima se discutisse este assunto.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém do Plenário se opõe a este pedido, a esta solicitação do senhor Presidente da Câmara? Alguém quer usar da palavra? Portanto, este assunto passava para próxima reunião. E, seguidamente, tínhamos o último ponto "Apreciação sobre as Actividades da Câmara Municipal e da sua Situação Financeira". Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira

O Presidente da Câmara Municipal: Bom, em relação a este assunto, os números falam por si. Portanto, em termos de endividamento, capacidade de endividamento, a Autarquia dispõe de uma capacidade de endividamento na ordem dos sessenta e nove mil e novecentos euros (69.900) e, em termos de informação, portanto, no mapa seguinte - como já, provavelmente, verificaram - aquele acordo de cedência de terrenos à AMDE que, que nós tínhamos feito, neste momento já está completamente liquidado. Reparem que, no empréstimo de curto prazo, foram utilizados apenas duzentos e sessenta e dois mil euros (262.000), dos trezentos e quarenta e sete mil (347.000) que podemos ainda recorrer e, portanto, o que pode baixar significativamente os tais processados e não pagos, se assim o entendermos, se for essa, se for essa a opção - Depois, em relação à Situação Financeira, portanto, a Execução Orçamental até Março de dois mil e cinco (2005), em termos de Receitas, está nos catorze, cinquenta e um (14,51); em termos de Despesa, nos treze, dezanove (13,19) e relativamente, portanto, comparando a Execução de Março com o Orçamento, verificamos que está em cinquenta e oito (58) a Receita e cinquenta e dois (52) a Despesa. No que se refere às Actividades ao Relatório de Actividades do Município, entre a última Assembleia e esta, eu ressaltava apenas alguns aspectos que me parecem mais importantes e um (01) deles tem que ver com a negociação com os proprietários dos terrenos onde vai ser iniciada e, portanto, instalada ADC3, tendo em vista a realização do projecto de execução, portanto, e consequentemente a entrada em obra e funcionamento desta área de deposição comum de mármore. O facto de já termos iniciado as escavações arqueológicas na porta do Castelo com aquilo que o IPPAR, que o IPPAR impôs. A questão da ETAR de Santiago de Rio de Moinhos e da problemática que existe entre o tipo de dejectos que é lançado na ribeira e, comparativamente com o inquérito que tinha sido aplicado às queijarias, em que há uma diferença abismal entre os resultados do inquérito aplicado e o resultado da

análise que foi feita e, portanto, isto é uma preocupação grande para a empresa Águas do Centro Alentejo. A questão da remodelação da ETAR de Borba que já se iniciou e o abastecimento público das águas em alta à aldeia da Orada, e também o abastecimento em baixa, que estamos a utilizar a mesma vala para colocar uma outra conduta. Também referir-vos que; aliás, já foi publicado, fui obrigado a publicar porque foi proposto pelo IPPAR a classificação do Campo da Batalha de Montes Claros. Todo o território à volta do Padrão de Montes Claros está proposto para classificação. Tive uma reunião com duas (02) pessoas que têm estado ligadas às classificações desses campos no sentido de procurarem que junto ao Campo de Batalha fosse instalado um Centro de Interpretação que serviria depois para fins turísticos e, juntamente com Borba a área, área envolvente. Quanto ao PDM, não vale a pena; penso que já referi há bocado a questão da REN que é, que é importante nós reflectirmos sobre este assunto de uma série de assuntos relacionados com a electrificação e, portanto, a reunião que se realizou com a EDP sobre estes assuntos. E passava, de seguida, a palavra aos senhores vereadores. Faz favor.

O Vereador Artur Pombeiro: Ora, boa noite à Mesa. Boa noite, senhores Deputados. Boa noite, excelentíssimo público. Pronto, da minha parte, em relação às actividades, vêm descritas na folha que, certamente, já se aperceberam do que é, no entanto, gostava de referir mais algumas coisas que estão, neste momento, a andar e que são já posteriores a esse relatório. Portanto, de referir que o arranjo paisagístico do Chalé se iniciou, estamos já em obra; que continuamos, de facto, a meter vários pontos de luz que estão quase concluídos na totalidade onde havia as necessidades de pontos de luz. Também o Ribeiro Fundo, aquele aglomerado já está asfaltado, conforme era uma necessidade reivindicativa daquelas populações há bastante tempo. A casa mortuária de Rio de Moinhos está em obra também. No cemitério de Borba, já estabelecemos contacto para a aquisição de uma banda de gavetões que permita satisfazer as necessidades antes do alargamento do cemitério. Também tivemos o apoio às festas, nomeadamente, na preparação do terreno para a Festa das Ervas; o apoio à Festa de Santa Bárbara e ao 25 de Abril. As obras por administração directa - como sabem - revelam, nesse mapa, de facto, o que é que foram as obras por administração directa. Recordo aqui, de facto, o que é que o doutor Luís Nascimento reconheceu este ano e o próprio afirmou que, afinal, há obra, contrariamente ao que disse o ano passado nesta Assembleia, que não havia obra. A obra está aí e vê-se. Basta levantar os olhos ou baixar os olhos. As obras têm, efectivamente, sido muitas e Borba, Borba, quer o senhor doutor Luís Nascimento ou quer o Grupo Parlamentar da CDU o queira ou não, a verdade é que Borba mudou o rosto e mudou o rosto por baixo e mudou o rosto por cima. Essa é a verdade. Quanto a incapacidade que o senhor refere do Partido Socialista, não é bem assim porque, se há obra, não há incapacidade. E ficava por aqui. Sujeitava-me, de facto, às perguntas.

O Vereador Humberto Ratado: Boa noite. A todos, muito boa noite. Portanto, quanto à minha parte, eu apenas realçava, do que está aí descrito, portanto, o início do fornecimento de refeições aos alunos da EB 1 e Jardim de Infância da Orada pela primeira vez. Portanto, estamos preocupados, efectivamente; como já tivemos oportunidade, já, já tive oportunidade de dizer aqui noutras Assembleias, seguidamente irá, está nos nossos planos a Nora e Barro Branco, mas tudo está a decorrer dentro da normalidade, portanto, penso que é muito importante, digamos, a resolução desta necessidade. De tudo o que está aí mencionado, portanto, estou pronto a esclarecer qualquer assunto. Portanto, de momento, era só para realçar esta necessidade que foi colmatada. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Engenheiro Carlos Cabral, faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal: Já agora, ó senhor Presidente, se me permite. Já agora, e tem que ver também, também com a actividade, com a actividade da Câmara e que; isto não, não, não tem sido dito, mas era importante e é importante que fique escrito, e é importante que todos oiçam isto. Contrariamente àquilo que se passava até aqui, neste momento - e já que se falou para aqui muito em pessoal e aumento de despesas com pessoal - ficam a saber que sempre, contrariamente àquilo que se fazia, neste momento há ordem rigorosa na Secção de Pessoal em que, sempre que qualquer funcionário atinge o tempo de progressão para a subida na carreira, esse concurso é aberto. São abertos três (03) concursos, há três (03) épocas em que o concurso é aberto. Para os funcionários que fazem o tempo em Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, é aberto concurso em Maio; para os que fazem o tempo entre Maio, Junho, Julho e Agosto, é

aberto concurso em Setembro. Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, é aberto concurso em Janeiro. Portanto, isto é bom que seja dito porque não tem sido política deste Executivo travar a vida a ninguém. Às vezes o que acontece é que há alguns atrasos em termos de concursos, mas isso são questões que às vezes tem que ver com a reunião do júri, mas isto que fique dito e escrito que nunca nenhum Executivo fez isto. Disse, para já.

O Membro Carlos Cabral: É sempre com grande alegria que eu leio o Relatório de Actividades do Município de Borba, mas desta vez não vou fazer comentários nenhuns, como é evidente, mas gostava de saber qual é o ponto de situação sobre a empresa ECOSOROS e a sua possibilidade de investimento no concelho, principalmente na Freguesia de Rio de Moinhos. Sabemos que já aprovámos a possibilidade de cedência, de cedência de um lote e sabemos que, se esta empresa não avançar, teremos um problema gravíssimo para resolver em Santiago de Rio de Moinhos. E, logo, como não vejo nenhum investimento, como não tenho falado com os proprietários da ECOSOROS, se o senhor Presidente da Câmara me pudesse, agradecia. Desejo sinceramente também que a recepção da sinalização turística passe de parcelar a total porque, receber só parceladamente, parece-me mal.

O Membro Luís do Nascimento: Depois do Vereador Artur me ter interpelado ou me ter nomeado diversas vezes, eu não era para falar, mas vejo-me forçado a isso. Só dizer que também, senhor Vereador, era melhor que não houvesse obra, se em três (03) meses, desde Janeiro até Março, aumentaram o endividamento, o endividamento a fornecedores em cerca de duzentos mil euros (200.000). Também era melhor que não houvesse obra.

O Presidente da Assembleia Municipal: António Andrade, faz favor.

O Membro António Andrade: Ora, era para pôr aí uma questão ao senhor Presidente, ao senhor Vereador do trânsito, salvo erro, é o senhor Vereador Artur, não é? Que tem essa responsabilidade. Tem-se desenhado agora ultimamente aí pelas ruas da nossa vila várias passadeiras. Não sei se aquilo é posto na rua um bocado à sorte, enfim, ao critério dos trabalhadores que andam lá a fazer isso, se aquilo é algum estudo porque há algumas, de facto que eu não consigo perceber o que é que aquilo, de facto, tem de utilidade. A outra é, realmente, em relação ao trânsito; discutiu-se o ano passado numa Assembleia, salvo erro, em Setembro, sobre o trânsito de Borba, alteração aí de estacionamento e de tudo isso, esse estudo todo. Quer dizer, nunca mais aparecia nada e, quando oiço ali o senhor Vereador, de facto, a dizer que há obra feita tanto por cima como por baixo, quer dizer, lá por cima, quer dizer, não me importo muito porque a gente não anda a ver passar os aviões; mas cá em baixo, de facto, vimos passar os automóveis cada vez mais em certas ruas, nunca mais houve alteração. Em que ponto é que está essa situação? Os parquímetros nos arredores do Bilhar, que nós chamamos o Bilhar, de facto, faziam muito jeito porque há carros estacionados semanas inteiras e quer-se parar ali e não se consegue. O estacionamento, como está, também há umas dificuldades; chegamos a parar meias horas para chegar ao fundo da praça: uns a tirar, outros a meter; aquilo é um, de facto, um pandemónio. Pronto, é um bocado saber como está a situação. Se ainda é para este mandato ou se, de facto, estamos à espera aí que haja para aí remodelação aí no Executivo para se fazer. Outra coisa que acho que também é do Pelouro do Vereador Artur, em relação ali ao cemitério. Aquilo, de facto, já uma vez falámos, aqui há algum tempo, há alturas ali, certas vezes que se vai lá que não se consegue lá estar por causa de um cheiro, de facto, dali das pocilgas dos porcos que existem ali em volta. E ainda no domingo estava ali muita gente, até pessoas de fora e depois esteve-se ali a comentar isto e eu digo assim: "eu já, até já tratei disso com o Vereador e ele disse-me que iam fazer, enfim, alguma coisa por isto junto das pessoas a ver se se acaba ali com aquilo" e eu estive a explicar às pessoas que não era do cemitério, nem era do cheiro dos mortos, nem de coisa nenhuma. Aquilo era o cheiro, de facto, dos porcos que há ali em volta e, quando o vento está ali do lado da Espanha, seco como está, e às vezes, aquilo é, de facto, insuportável. É só isso.

O Presidente da Assembleia Municipal: Professor Carlos Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral: Senhor Presidente, é que eu tinha-me esquecido e queria fazer uma pergunta. É se já foi aplicada alguma coima a proprietários de cães que ornamentam as ruas de Borba com os dejectos. Ainda domingo passado estávamos um grupo a conversar no café onde costumamos tomar café todos os

domingos de manhã e saímos para a rua e aquilo era um verdadeiro vendaval de porcaria. Eu penso que há-de estar no regulamento, que há no regulamento coimas para aplicar ou, pelo menos, alguma campanha que os donos dos cães apanhem a porcaria porque isto também já é de mais.

O Membro José Dias: Eu gostaria de salientar positivamente o começo da nova conduta das águas para o abastecimento público na Orada, bem como o arranjo dos caminhos rurais que tanta necessidade fazia. Gostava era de perguntar: depois da conduta concluída, como é que vai ficar a estrada e os pontões na Orada - Borba? Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer usar da palavra? Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Sim senhor. Relativamente ao deputado Carlos Cabral, a questão ECOSOROS, nós aprovámos a cedência do direito de superfície à empresa ECOSOROS; houve aí um, penso que um mal entendido entre o Ministério da Agricultura e a CCR. Neste momento, penso que isso está, está arrumado porque, salvo erro, há uma semana foi esclarecido, portanto, foi enviado um ofício da Câmara relativamente à situação do Plano de Pormenor do Alto dos Baceiros. Penso que a única imposição que eles vão exigir à ECOSOROS é que, se se vier a instalar, e não estiverem concluídas as infra-estruturas, resolver a questão dos esgotos, mas isso também não é preocupante porque, segundo a reunião que tive com a empresa ECOSOROS, não vai haver problemas dessa natureza porque eles, o que vão lançar no esgoto vai ser, vão ser águas, portanto, devidamente tratadas. Relativamente à questão da coima para os proprietários de cães, isso não está previsto no regulamento. O que está previsto é uns painéis que neste momento, temos, suponho eu que já estão em estudo de informação em que, mais ou menos, se vai procurar sensibilizar as pessoas para apanharem os dejectos dos animais. Há um, há pelo menos um que era dos mais poluentes que já anda de saco e que vai apanhando, que eu já verifiquei. Relativamente aos outros, não é fácil, não é fácil. As pessoas até pertencem à Sociedade Protectora, mas só os protegem, se calhar, durante a noite e mal - porque soltam-nos de manhã e vão buscá-los à noite e depois, às vezes, ficam escandalizadas com a forma como são feitos alguns tratamentos que, em termos legais, se têm que fazer - não é? - nomeadamente, as recolhas e depois chega a uma determinada altura em que eles têm que ser abatidos, como diz a Lei. A questão do senhor Andrade, deixava para o Vereador Artur. Relativamente ao senhor Presidente da Junta da Orada, dizer-lhe também que não foram só os caminhos rurais e as águas da Orada; que estamos neste momento a fazer algumas reparações; neste momento, finalmente uma aspiração da população do Ribeiro Fundo que era o alcatroamento do espaço que está neste momento concluído. E, portanto, relativamente à questão dos pontões e da estrada de acesso à Orada, a empreitada foi adjudicada; a empresa é que tem que deixar a estrada exactamente como a encontrou e, portanto, têm que arranjar aquilo que estragarem. Também dizer, já agora, e ainda a propósito da Orada, que o loteamento, a primeira fase está concluída e a ligação da electricidade é dia cinco (05), dia cinco. Disse. Passava a palavra aos senhores vereadores.

O Vereador Artur Pombeiro: Portanto, a questão que se põe aqui em relação ao doutor Luís Nascimento, quando me diz que o que mais me faltava era não haver obra com o endividamento. Ó senhor doutor Luís Nascimento, nós até assumimos, de facto, aquelas dívidas que os senhores não consideravam dívidas, que era os encargos assumidos e não pagos; que nós sempre dissemos que era dívida e os senhores não assumiam isso e nós assumimos, de facto, isso; que os encargos não assumidos, ou os encargos assumidos e não pagos são dívida e, isso, nós assumimos. Quanto à questão do estudo, do estudo do trânsito das passadeiras que o senhor Andrade está a referir, deve-se estar certamente a referir a uma passadeira que foi colocada por engano e, nomeadamente, ao pé da sua porta, pronto. Foi por engano, mas depois já estava; já estava, já estava e isso foi lá colocado por engano. Está-se a aguardar a chegada de alguns sinais para sinalizar, de facto, as passadeiras e as passadeiras, vêem muitas passadeiras pintadas; consideramos que elas são, de facto, necessárias, nomeadamente as que foram colocadas de novo em frente, na Avenida Dom Dinis de Melo e Castro, em frente à escola, à Oficina da Criança, junto às escolas; outras aqui assim na Rua da Cruz consideramos que elas fazem falta. Há, de facto; o senhor pode considerar que há, de facto, passadeiras a mais, mas as passadeiras também fazem e corrigem, de facto, o abrandamento e as velocidades porque, qualquer pessoa, qualquer condutor que se aproxime, de facto, de passadeiras têm um

maior respeito por elas do que se não existindo passadeiras e aí o peão, certamente, estará mais protegido. Quanto aos cheiros do cemitério, de facto, é uma preocupação também desta Câmara e isso já avançou porque, inclusivamente, notificámos a pessoa para retirar, de facto, todo o gado existente na envolvência do cemitério; a pessoa não correspondeu ao apelo da Câmara. Foi contactado o Ambiente; o Ambiente já se deslocou, de facto, ao local para ver a situação. Há cerca, há acerca de aproximadamente uma semana, tentei colocar, tentei contactar o cabo Ferreira do Ambiente, da Brigada do Ambiente para saber qual a solução. Entretanto, já estamos a desenvolver esforços no sentido de um parecer jurídico, tendo em vista colmatar aquela ciência que eu próprio já observei porque os cheiros são, de facto - não há cá mortos, não há urnas rebentadas - aquele, aquele cheiro que existe no cemitério, principalmente nos dias de vento suão, é efectivamente do gado que está colocado na envolvência do cemitério porque, de facto, há só currais de porcos e outros gados. Portanto, essa é uma situação que vai ter que ser resolvida e estamos a aguardar um parecer da jurista sobre isso para sabermos como é que havemos de proceder. Tenho a impressão que respondi às questões.

O Vereador Humberto Ratado: Pronto. Senhor Deputado Cabral, se me permite. Só para esclarecer, eu também gostaria e iremos fazer por isso e estamos a fazer por isso, que a recepção seja não parcelar, mas na íntegra da sinalização turística concelhia. Acontece que, à medida que determinados planos vão estando concretizados, então a empresa fiscalizadora e a empresa executora do projecto, portanto, vêm ter connosco, está tudo conforme e, então, fazemos as recepções, neste caso, a parcelar urbana porque ainda nos falta a chegada das telas finais da vila de Borba para nós nos pronunciarmos e para nós, efectivamente, irmos de encontro a algumas alterações que, seguramente, irá sofrer. Daí ser parcelar urbana porque, senão, seria na íntegra, neste caso, urbana - porque ainda existem mais planos que será a parte não urbana, a parte rural - portanto, e nesse sentido irá, sem dúvida, aparecer noutras reuniões, seguramente, essas recepções parcelares porque já foi assinada uma e as outras vão sendo à medida que vamos recepcionando, mas o mais breve possível.

O Membro António Anselmo: Já agora, mudem a placa que está a dizer Padrão dos Montes Claros para a Senhora da Vitória. Mudam isso; é fácil, não é? Que eu passei, vim ali a subir a Salgada e vi assim: "Padrão de Montes Claros, Senhora da Vitória"? Aquilo é fácil: rodam aquilo ao contrário.

O Presidente da Assembleia Municipal: É só um momento. Já agora, eu vou colocar um assunto: das palavras do José Dias, quando falou na estrada da Orada, referiu "e depois de fazer a canalização?" como é que aquilo ficava depois, não é? O que você queria ver é o "depois daquela estrada?"

O Membro José Dias: Pois. É que eu estou a achar que, no fim, que fica um bocado de perigo; se aquilo não for correctamente exigido como estava, pelo menos, pronto, vejo dificuldade, não só em defesa de bens materiais, como às vezes até pode haver ali acidentes porque há certas zonas que vão ficar muito justas e temos vários camionistas na Orada que passam todos os dias para Borba. É essa a dificuldade que eu estava a encontrar.

O Presidente da Assembleia Municipal: Pronto. Eu, gostava de sensibilizar o senhor Presidente da Câmara para o seguinte: a estrada da Orada é, de facto, a pior das estradas municipais. E, é claro, é uma obra estruturante, é uma obra a fazer no futuro com um investimento elevado, mas que se deveria começar a pensar em mandar elaborar um projecto para o alargamento e correcção da estrada. Porque, de facto, agora já não tem nada a ver com as outras estradas municipais de que dispõe a outra parte da população, aqui da zona Sul.

O Presidente da Câmara Municipal: Em relação ao senhor Proença, ao senhor Secretário da Mesa, realmente peço desculpa, mas fui-lhe buscar este ofício exactamente porque é a resposta a isto que está aqui e que eu passo a ler: "Infra-estruturas do loteamento da Nave - Nora: A Câmara Municipal de Borba vem, por este meio" - isso é à CCR, não é? - "e em relação ao projecto em epígrafe, solicitar a Vossa Excelência que seja aceite o arranjo urbanístico da envolvente do Posto Médico a efectuar no loteamento em causa. Esta intervenção tem o valor de X" - estou à espera só do orçamento - "e seria efectuado por contrapartida do plafond existente na candidatura referente a despesas efectuadas antes do período da elegibilidade, não representando, por isso, custos acrescidos em relação à contrapartida FEDER prevista

inicialmente". Relativamente à questão da estrada da Orada, o que está previsto - e volto a dizer - o que está previsto é que a estrada da Orada fique exactamente como estava. É obvio que todos nós gostaríamos de ter um pavimento novo e o projecto podemos fazer. O problema é que, nesta medida, não há; neste momento, não há verba, portanto, não há verba para, em termos de fundos comunitários, não é? Relativamente à questão do célebre discussão do Padrão de Montes Claros, essa foi a minha primeira preocupação. Aliás, quando, quando constatei que aquela placa lá existia, foi, a primeira preocupação que tive e o primeiro desabafo foi exactamente esse. Acontece que, contactado o historiador desta Câmara ter-me-á informado que, junto à Capela, existe um Padrão também; só que não é um Padrão, não é o Padrão de Montes Claros; é o Padrão Memorial da Batalha de Montes Claros. Como, em termos de sinalização turística, aprovada e homologada pelo Instituto, pelo IFT, só existe aquele símbolo de padrão, então - o símbolo homologado é aquele - levantou-se aqui uma pequena complicação que, neste momento, está a ser tratada com a empresa Via Marca - salvo erro. Eles não querem mudar, neste momento, porquê? Porque eles estão a fazer a sinalização, depois há uma empresa que vem fiscalizar; se eles tiram de lá aquela placa, são penalizados porque tiram a placa e, portanto, é um assunto, mas isto é um assunto que está a ser tratado com a Via Marca no sentido de que apareça depois a sinalização do Padrão Montes Claros e do Padrão Memorial da Batalha de Montes Claros, comemorativo da Batalha de Montes Claros junto à ermida da Senhora da Vitória. Eu também desconhecia que aquilo se chamava Padrão, eu chamava-lhe lápide, mas pronto. Parece que, afinal, em termos dos monumentos, que é padrão também e penso que; o senhor Vereador quer acrescentar qualquer coisa, faz favor.

O Vereador Humberto Ratado: Senhor Presidente, posso? Só relativamente a esta questão, dizer, dizer-vos que, tanto no livro de Espanca está lá descrito, portanto, Nossa Senhora da Vitória e também Padrão Comemorativo da Batalha de Montes Claros e, efectivamente, o que caracteriza um padrão, portanto, nuns traços muitos gerais, são os três (03) degraus e também a coroa que está lá em cima. Eu também tinha uma ideia que; aí fui ver pessoalmente e também tinha uma ideia que aquilo, para mim, era uma lápide inicialmente, mas não. Efectivamente, é um padrão que lá está; é comemorativo, é chamado comemorativo. O outro padrão, que é Padrão, é só Padrão de Montes Claros, irá ter uma sinalização, que é aquela sinalética que eu estava a dizer há pouco que é geral do Município, que irá estar, por exemplo - para dar um exemplo - entre a Estrada 508-4 e 508 entre Rio de Moinhos, que irá indicar e - ao final de quem desce de Santiago, de Barro Branco para Santiago de Rio de Moinhos - irá indicar, então, Padrão de Montes Claros para o sentido Bencatel. Portanto, para fazer, para dar este esclarecimento é neste sentido e, efectivamente, o símbolo, o símbolo é, efectivamente, aquele. Não, não há outro, em termos turísticos. Penso ter respondido.

O Membro António Anselmo: Penso que aqui em Borba, Borba concelho, há dois (02) monumentos nacionais: é a Fonte das Bicas e é o Padrão de Montes Claros. O próprio Espanca diz isso. Lá em cima há assim uma lápide ou padrão. Agora, o que as pessoas entendem por padrão é aquilo que está em baixo. São pormenores de chacha, não é? Estás a perceber? Agora, eu venho pela rua acima, Salgada acima com a camioneta, aquilo anda devagarinho e digo assim: "Mas que raio, Padrão Comemorativo? Há qualquer coisa aqui que não, não percebo" e como gosto um bocado de História - mas não gosto de história - digo assim: "Há qualquer coisa que está mal". Agora, faz-me lembrar exactamente o trânsito, aquele sinal de trânsito que as pessoas enfiavam caminho de Borba e iam ter à Zona Industrial. Demorou tempo, mas meteu-se lá os sinais. Estás a entender? Há coisas que tem que ter esclarecimento para valorizar a nossa terra. Vai-se lá acima ver a Senhora da Vitória, tudo bem. É uma Igreja que evoca a Batalha de Montes Claros; lá há um memorial em relação às pessoas que fizeram a Batalha e uma homenagem, não é? Agora, o Padrão é cá em baixo.

O Vereador Humberto Ratado: Desculpe lá. É só, é só para, António Anselmo, desculpe lá. É mesmo um padrão que lá está; é mesmo um padrão e mesmo no site dos Monumentos Nacionais, se procurar no site dos Monumentos Nacionais, se for a Nossa Senhora da Vitória, está lá descrito. É mesmo padrão. Portanto, são os dois (02) padrões: um é comemorativo e o outro é só Padrão da Batalha de Montes Claros.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, vamos votar em minuta as principais deliberações

tomadas durante esta sessão - Após a leitura e votação das minutas constantes, em anexo, foi dada por encerrada a sessão.

ANEXOS A ESTA ACTA:

Anexo 1 - Pedido de substituição do membro Joaquim Manguinhas

Anexo 2 - Pedido de substituição do membro António Paixão

Anexo 3 - Pedido de substituição do membro Jerónimo Cavaco

Anexo 4 - Correspondência recebida

Anexo 5 - Correspondência expedida

Anexo 6 - Declaração de voto apresentada pelos membros da CDU

Anexo 7 - Declaração de voto apresentada pelos membros da CDU